

OS EQUÍVOCOS DE UM SUBTÍTULO

COELHO, Joaquim Guilherme Gomes, 1861-2005 – *Da importancia dos estudos meteorologicos para a Medicina e especialmente de suas applicações ao ramo operatorio*, dissertação inaugural para Acto Grande seguida de seis Proposições apresentada á [sic] Eschola Medico-Cirurgica do Porto (...), [fac-simile da tese de licenciatura de Júlio Diniz], [Porto, Typographia de Sebastião José Pereira]; ed. fac-similada, Porto, Editora da Universidade do Porto, 5 p. + 3 p. fac-simile de texto ms. + 68 p. fac-simile de texto impr. + 4 p. de repr. de documentos + 2 p. de iconografia e legenda.

Cerca de 145 anos sobre a obtenção do diploma da Escola Médico-Cirúrgica do Porto por Joaquim Guilherme Gomes Coelho / Júlio Dinis (1839-1871), a Editora da UP dá à estampa uma ed. fac-similada da dissertação que, em 1861, lhe valeu o dito diploma. O volume abre com um «Prefácio» assinado pelo ao tempo Director da Faculdade de Medicina / UP; prossegue com a reprodução de 3 fólios da versão manuscrita do trabalho do clínico-romancista; ao que se segue a parte mais longa do volume – a reprodução do texto impresso do trabalho académico em causa:

- Em epígrafe (pág. de contra-rostro) uma passagem de BABINET, *Études et lectures sur les sciences d'observation*;¹
- depois (era uma exigência legal), a listagem do Director e do «Corpo Cathedratico» da Escola, constituído por 8 lentes proprietários (para outras tantas cadeiras), 4 lentes substitutos (2 da secção médica + 2 da secção cirúrgica) e 2 lentes demonstradores (1 + 1).
- vêm de seguida uma dedicatória ao Pai (José Joaquim Gomes Coelho) e uma saudação «Ao Jury».
- a natural sequência está no trabalho propriamente dito, que compreende uma «Introdução» (p. 1-11) e quatro Partes, sucessivamente «Provas da influencia da atmosphaera sobre os seres organisados» (p. 13-22), «Influencia physiologica da atmosphaera e de suas variações» (p.23-38), «Influencia pathogenica da atmosphaera e de suas variações» (p. 39-56) e «Applicações á [sic] medicina operatoria» (p. 56-67).
- a fechar, a colecção de oito «Proposições» apresentadas pelo Autor.
- a presente ed. compreende ainda a reprodução dos diplomas referentes a dois Prémios obtidos pelo Autor enquanto aluno da Escola Médico-Cirúrgica (1858) e da Academia Politécnica (1854) e do diploma do Acto Grande (passado a 08 de Fevereiro de 1862).

¹ O retratado enverga a *beca* preta criada em 1857-1858 para as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto (HOMEM, A., 2006: 18-21, 31-38), com colarinhos altos e laço branco; ausência do chapéu de cantos e de luvas. Excelente perspectiva das mãos. Este retrato parece ter por base uma fotografia (repr. SANTOS, 1997: 129; a foto encontra-se no Museu de História da Medicina / UP) na qual o lente tem à sua esquerda uma pequena mesa, sobre a qual é visível (aqui sim...) o dito chapéu.

• por último, a reprodução (a cores) do retrato de Júlio Dinis¹ existente na Faculdade de Medicina e uma breve nota bio-bibliográfica.

Tudo bem. Só que Júlio Dinis não defendeu «tese de licenciatura»: e não o fez porque – correndo eu agora o *risco* de enunciar verdades arqui-sabidas – a licenciatura era um **grau académico** e, como tal, somente obténivel na (ao tempo) única Universidade do nosso País e obviamente não conferido pelas Escolas Superiores de Lisboa e do Porto; o futuro lente obteve antes um **diploma habilitante** para o exercício de uma profissão – médico-cirurgião – ao ser aprovado no «Acto Grande» que coroava o curso da sua ALMA MATER.

Mas o que seria, então, a *licenciatura* ao tempo?

O *acto de licenciatura* remontava a uma das várias reformas que os Estatutos pombalinos da UC conheceram ao longo do século XIX; mas foi objecto de múltiplas reformas ao longo do seu tempo de vigência (< 1911); a última verificou-se em 1901. Como escreveu Fernando de Almeida RIBEIRO² sobre o regime estabelecido pela dita reforma³:

• «As provas [do acto de licenciatura], com a assistência de toda a Faculdade e a presidência do Reitor, comportavam uma dissertação sobre um ponto sorteado com trinta dias de antecedência, concluída e entregue dentro do prazo de vinte dias e apreciada e discutida por o primeiro de seis professores escolhidos para os interrogatórios; os outros cinco ocupavam-se dos argumentos de outros tantos pontos tirados à sorte três dias antes do acto. E, como cada argumento era de meia hora, o acto demorava um mínimo de três horas. Era uma prova temível! a dissertação, de que o candidato não escolhia nem o assunto, nem mesmo a disciplina respeitante, era motivo para trabalho extenuante. Lembro-me de que a minha, sobre «Auto-intoxicação gravídica», ficou passada a limpo por um calígrafo (...) às oito horas do dia em que, às dez, havia de entregá-la na Secretaria da Universidade. (...) Dos cinco argumentos para os restantes interrogatórios, incidia [sic] cada um deles sobre um ponto sorteado, de entre vários referentes a disciplinas de cada uma das cinco secções estabelecidas para esse efeito, uma vez excluída aquela a que respeitasse a dissertação. (Recordo-me de que os argumentos que me caíram, além do da dissertação, foram nas disciplinas de Fisiologia geral e Histologia, de Fisiologia especial, de Patologia Geral, de Patologia interna e de Medicina Legal). Daqui advinha que o candidato tinha de preparar-se para prestar provas em todos os assuntos que interessavam às disciplinas da Faculdade. E preparar-se com tempo. Não era em três dias de ponto que se havia de habilitar a responder à curiosidade inquiridora de tantos arguentes. E, como sabia que a inquirição podia ir do ponto, meramente de partida, e atingir profundidades abissais, quem se abalanchava a esta empresa, ao iniciar os trabalhos de auferir tanta ciência, experimentava a impressão de ter diante de si “o mar para beber”, como gostam de dizer os franceses, mesmo em casos de menor magnitude. Enfim: meses e meses de trabalho árduo, de muitas e muitas horas por dia... e por noite».

À primeira vista não faltarão pontos de contacto com as provas que Júlio Dinis prestou em 1861: uma dissertação e seis provas «complementares» – como diríamos nos anos 70 e 80 do século que passou –, as quais, na sua diversidade, não deixam de apresentar ‘parentescos’ com a situação descrita por Almeida Ribeiro: *Anatomia Pathologica, Medicina Legal, Pharmacologia, Pathologia geral, Pathologia interna* e *Obstetricia*. Posto o que, porém, cessam as semelhanças e iniciam-se os contrastes:

² Fernando Duarte Silva de Almeida Ribeiro (1884-1959), lente de *Medicina Legal* e fundador do respectivo Instituto na cidade de Coimbra; Reitor eleito da UC (1926-1927). Cf. RODRIGUES, 1992: 227-228.

³ RIBEIRO, 1951: 15-17 (respeitou-se a ortografia do original).

1.

i. Na UC a dissertação de licenciatura era «sorteada» e dado ao candidato um prazo não propriamente generoso para a concluir; seria apresentada em manuscrito.

ii. Nos Actos Grandes das Escolas Médico-Cirúrgicas a dissertação – apresentada obrigatoriamente em duas versões, uma manuscrita, outra impressa – incidia sobre «tema (...) da escolha do candidato»⁴.

2.

i. Na UC os argumentos incidiam sobre pontos sorteados no seio de um elenco apresentado pela Escola.

ii. Joaquim Guilherme Gomes Coelho apresenta seis «Proposições» também por si elaboradas; numa linha de comparação com as práticas académicas da UC, estas *Proposições* assemelham-se às *Teses*⁵ apresentadas pelos candidatos ao *Acto de Conclusões Magnas* (a aprovação no qual dando acesso ao grau de doutor); ao abrir do século XX, um doutorando deveria apresentar uma colecção de 36 teses, das quais seriam discutidas sete; este tipo de prova manteve-se até meados de Novecentos⁶.

3. O Acto Grande das Escolas Médico-Cirúrgicas incluía ainda «o exame de *Cirurgia Clínica* e o exame prático de *Medicinas*»⁷.

Por tudo isto, evidente fica que o futuro lente Joaquim Guilherme Gomes Coelho não defendeu «tese de licenciatura» na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Nem podia!⁸ Se o lapso *enravado* no subtítulo não deixa de ser lamentável, saliente-se no entanto que a actual Faculdade de Medicina da UP – representada na presente ed. pela pena do seu então Director, o lente José Manuel Amarante – está de todo *isenta de culpas*: no seu conciso texto prefacial, o Doutor Amarante jamais usa o vocabulário descabido do subtítulo.

Pelo que, a responsabilidade total do equívoco escapa assim aos *responsáveis científicos* da edição, para de todo recair nos responsáveis editoriais. A Editora da UP deveria estar mais atenta à plena correcção de títulos e subtítulos das Obras que edita ou reedita.

⁴ AMARANTE, José Manuel – «Prefácio» à ed. recenseada, p. s/n.

⁵ Entenda-se: **breves afirmações consubstanciando pontos positivos de Saber.**

⁶ RIBEIRO, 1951: 18-23; a p. 33 ss., a «impugnação» de 5 teses, transcritas estas ao abrir de cada argumentação.

⁷ AMARANTE, J. M. – Op. e loc. cits. *supra*, n. 3.

⁸ *Licenciaturas* existirão ulteriormente nas três Faculdades de Medicina (em Coimbra dando sucessão ao grau de bacharel formado), comportando obrigatoriamente, até ca. 1962, a defesa de uma dissertação original proposta pelo candidato (exemplifico com dois casos conhecidos por via institucional e familiar, respectivamente: BARRETO, 1963 [cit. por PINA, 1966: 356]; e HOMEM, J., 1961); aqui, no fundo, a causa do equívoco. Longa foi, entretanto, a evolução dos regimes legais *post-1911* até à fixação nesta fórmula; mas seria *excessivo* entrarmos agora por aí...

REFERÊNCIAS

- BARRETO, João, 1963 – *Contribuição para o estudo do comportamento anti-social nos adolescentes*, dissert. de licenciatura / Faculdade de Medicina – UP, dactil., Porto, Ed. do Autor.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho, 2006 – *Traje (O) dos lentes. Memória para a História da veste dos universitários portugueses (séculos XIX-XX)*, Porto, Fac. Letras / UP (col. «flup e-dita»).
- HOMEM, José Amadeu da Cunha de Carvalho, 1961 – *Algumas observações sobre tumores do mesentério*, dissert. de licenciatura / Faculdade de Medicina – UC, dactil., Coimbra, Ed. do Autor.
- PINA, Luís de, 1966 – «Programa da cadeira de Psicologia Experimental e Aplicada», *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I [único publ.]: 345-356.
- RIBEIRO, Fernando de Almeida, 1951 – *Doutoramentos em Coimbra. Impugnação de cinco teses*, Coimbra, Por Ordem da Universidade (col. «Acta Universitatis Conimbrigensis»).
- RODRIGUES, Manuel Augusto (Dir.), 1992 – *Memoria Professorum Vniversitatis Conimbrigensis: 1772-1937*, Coimbra, Arquivo da Universidade.
- SANTOS, Cândido dos, 1997 – *Universidade do Porto. Raízes e Memória da Instituição*, Porto, [Universidade do Porto].

Porto, 15 de Outubro de 2007.

Armando Luís de Carvalho HOMEM

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS, coord. de Fernando Catroga e José Pedro Paiva. Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007, vol. 28, 794 p. ISSN 0870-0958.

*Nota prévia**

O 28º volume da *Revista de História das Ideias*, coordenado por Fernando Catroga e José Pedro Paiva, é dedicado ao tema *Portugal* e reúne um conjunto de vinte e cinco artigos. Apesar do seu carácter plural, os primeiros vinte e três dão voz a historiadores que se propõem pensar Portugal e as reflexões que acerca da sua origem e destino têm sido elaboradas ao longo dos tempos.

Jorge Alarcão, professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, num breve artigo intitulado *Portugal: um Estado não predestinado*, argumenta que a

* A presente nota de leitura foi realizada no âmbito da disciplina História da Cultura Contemporânea de Portugal da licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, leccionada pela Prof.ª Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira, no segundo semestre do ano lectivo de 2007/2008.

autonomia e as fronteiras de Portugal resultaram de um “projecto voluntarioso” (p. 15), não tendo sido pré-configuradas por condições geográficas, pelas divisões político-administrativas romanas ou por uma identidade étnica pré-romana (p. 9-15).

António Resende de Oliveira, da mesma Faculdade, revisita as origens do Reino português no seu ensaio *Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal (1065-1143)*. Apresenta o surgimento de Portugal, enquanto Reino independente, como corolário de uma série de acontecimentos e interesses políticos: o desmembramento do Reino de Leão, a afirmação e autonomização do território português em relação ao Reino da Galiza e a sua para Sul (p. 17-37).

Portugal, no seu dealbar histórico, face à unidade hispânica é o tema abordado por José Antunes, professor jubilado da FLUC (p. 39-51). Este autor questiona por que é que Portugal permaneceu independente e outros reinos peninsulares como a Galiza, Leão, Castela, Navarra e Aragão desapareceram ou foram integrados. Deste modo, procura razões que tenham contribuído para a autonomia política do Condado Portucalense e para a gradual formação de uma identidade comum, de uma pré-nacionalidade. Portugal não é fruto do acaso, mas de “um plano premeditado e organizado” (p. 47), resultado da acção colectiva de um grupo social, que se apoiou num rei que assegurasse essa independência.

João Francisco Marques traz-nos outro tema: *Defesa da independência e identidade de Portugal na literatura apologética da Restauração de 1640: O Sermão da Circuncisão do jesuíta Jorge da Costa* (p. 53-80). Este catedrático jubilado da FLUP defende que, com a Restauração, surgiu uma literatura apologético-política com o objectivo de justificar a revolta de 1640. Neste contexto insere-se o *Sermão da Circuncisão* do Pe. Jorge da Costa, que através de uma oratória barroca, procurou legitimar a soberania de D. João IV e a defesa das fronteiras portuguesas face às incursões da Coroa espanhola na região raiana. Este sermão consagrou-se um verdadeiro opúsculo apologético da existência de uma identidade portuguesa completamente diferenciada da de Castela, de um Portugal livre e independente fundado por vontade divina e encarregue da concretização de um Quinto Império, do qual seria líder.

Portugal na obra de António Vieira é um ensaio da autoria de Pedro Calafate, professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no qual se analisa o pensamento e as interpretações míticas do Pe. António Vieira sobre Portugal. Na obra deste jesuíta, os portugueses são o povo eleito, o único “fundado e instituído por Deus” (p. 88), predestinado à superação da crise, à realização da conversão do mundo e concretização do Quinto e último Império, de natureza apostólica e com uma expressão política. Num tom profético, cruzando as profecias bíblicas com a lenda fundadora de Portugal, António Vieira exaltou esta missão supranacional de reunir todos os homens da terra sob o signo da Cristandade, consumando o Reino de Cristo na terra, sendo protagonistas da criação de um Mundo Novo, de uma Nova Jerusalém (p. 81-95).

O texto de Maria Manuela Tavares Ribeiro – catedrática da FLUC e investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX –, cujo título é *Mazzini no pensamento dos utópicos portugueses* (p. 97-128), estuda até que ponto os italianos exilados em Portugal, sobretudo nos anos 40 do século XIX, divulgaram o ideário mazziniano no nosso país. Giuseppe Mazzini foi o principal mentor do programa da *Giovine Italia* que teve repercussões a nível europeu, nomeadamente na própria organização da *Giovine Europa*, pautada pelo princípio da independência das nações e da fraternidade internacionalista. Neste contexto europeu de emergência das nacionalidades, a questão da união ibérica também foi alvo da atenção deste político revolucionário, antecipando o debate peninsular, fundamentalmente teórico e ideológico, sobre esta questão. A autora conclui que a doutrina mazziniana influenciou os demo-republicanos e

os socialistas utópicos, plasmando-se no seu anseio por uma república social, pela unidade democrática e pacífica da Nação portuguesa, cimentada pela demopédia, e no seu ideal da fraternidade internacionalista dos povos. A existência, embora irregular, da Carbonária em Portugal foi também resultado dessa presença de exilados italianos.

Maria da Conceição Meireles Pereira desenvolve o tema *O 1º de Dezembro – memória e liturgia cívica na 2ª metade de oitocentos*. Esta professora da FLUP apresenta-nos a comemoração da Restauração da Independência de Portugal de 1640 como uma das mais importantes festas da 2ª metade do século XIX, cujo grande impulsionador, a partir de 1861, foi a Associação Nacional 1º de Dezembro. Estas comemorações estavam ligadas à necessidade de afirmar e redesenhar a identidade portuguesa, de inventar tradições que permitissem forjar uma continuidade em relação a um passado, a uma identidade colectiva específica legitimadora da autonomia nacional, de forma a resistir à propaganda ibérica, que se intensificou com a revolução espanhola de 1868. A ritualização do 1º de Dezembro teve um carácter popular e, apesar das críticas que lhe foram dirigidas na imprensa periódica portuguesa e espanhola, conquistou uma adesão à escala nacional, ganhou dinamismo entre 1860 e 1870, não caindo no esquecimento décadas depois e em diferentes regimes, como a 1ª República e o Estado Novo (p. 129-167).

No artigo da autoria de Sérgio Campos Matos (FLUL) *Conceitos de Iberismo em Portugal*, assiste-se à problematização do(s) conceito(s) de iberismo e é analisada a sua evolução na diacronia. O iberismo oitocentista, pretendendo ser um nacionalismo ou uma aspiração supranacional, revestiu-se de um carácter claramente político, que tinha em vista a reunião forçada ou voluntária, unitarista ou federal dos dois países ibéricos. Já nas primeiras décadas de novecentos, quando alguns autores falam na necessidade de olhar para os problemas portugueses enquadrando-os no contexto peninsular, não preconizam qualquer tipo de integração política. Ao longo do século XX, o conceito de iberismo foi adquirindo novos significados, distancia-se das querelas políticas nacionalistas do século XIX, assumindo-se como um “iberismo cultural” (p. 169-193).

O Portugal dos “Acácios”. *O Conselheiro do constitucionalismo monárquico* é o título apresentado por Fátima Moura Ferreira do Departamento de História da Universidade do Minho (p. 195-221). Neste texto, a autora procura saber qual o significado e o papel do “conselheiro” na monarquia constitucional a partir de 1839. Este título passou a ser concedido como forma do rei “remunerar serviços públicos e/ou qualidades pessoais e cívicas” e de garantir, simultaneamente, uma “fidelização política ao regime” (p. 215). A sua figura acabou por assumir um importante papel na construção de uma nova sociedade, onde os valores das classes médias vieram opor-se aos da aristocracia do Antigo Regime. Contudo, a literatura oitocentista, que estava ligada aos movimentos ideológicos e culturais críticos do liberalismo e da sua versão de monarquia parlamentar, veicula uma visão bastante depreciativa, apresentando-o como um tipo quase caricatural. Apesar disso não nos podemos esquecer dos fins estéticos dessas obras, do facto de o seu autor ser sobretudo um criador.

Joana Duarte Bernardes, mestranda da FLUC, apresenta o estudo *De como a hidra se fez mestre: o lugar de Ramalho Ortigão* (p. 223-243). Aqui demonstra-se como este pensador e escritor oitocentista, cuja obra transparece vários estádios de evolução ideológica e uma postura multimoda diante dos factos, foi feito mestre dos integralistas lusitanos. Estes descontextualizaram-no da geração à qual pertenceu e na qual interveio, tomaram os seus últimos escritos, produzidos numa fase agónica do seu sentimento republicano, como uma matriz do seu pensamento. Retiraram-lhe os traços democráticos, rotularam-no de antiliberal e confundiram a sua atitude de sacralização da(s) pátria(s) com uma atitude nacionalista.

No ensaio *Portugal como “corpo” e como “alma” (sécs. XIX-XX). Uma revisitação sintética*, Fernando Catroga (FLUC e Centro de História da Sociedade e da Cultura) analisa a tensão entre optimismo e pessimismo nas representações do nosso país nos séculos XIX e XX. A partir de meados do século XIX, Portugal surge, sobretudo numa literatura ensaística, como um objecto privilegiado de estudo, analisado com olhar clínico como sendo um “corpo moral” e uma “alma nacional”. As várias representações sobre Portugal, ao longo destes dois séculos, são testemunho da sua época e do pensamento de quem as produziu, não deixando, igualmente, de contribuir para a construção desse mesmo mundo que se pretendeu representar (p. 245-275).

Sérgio Neto é o autor do artigo *Música, mar e ideologia: Portugal entre “Os Lusíadas” e a “História Trágico-Marítima”* (p. 277-310). Este mestrando de História Contemporânea da FLUC e colaborador do CEIS 20 faz algumas reflexões sobre as influências do mar, um dos temas maiores da nossa mitologia (sobretudo quando associado aos Descobrimentos), na música erudita portuguesa e as suas ligações ao ideário nacionalista. Analisa obras de três compositores portugueses que reflectiram acerca do passado e destino de Portugal: Viana da Mota, Frederico de Freitas e Lopes-Graça. O primeiro parte de *Os Lusíadas* para traçar a índole lusa e dá uma visão cíclica da história da nação, expressando um nacionalismo ferido em busca de redenção. O segundo transparece um nacionalismo revestido de uma estética folclórica, que serviu na perfeição os objectivos propagandísticos do Estado Novo. Recusando tais propósitos e inspirando-se na *História Trágico-Marítima*, o último compositor delinea uma visão oposta ao “triumfalismo camoniano” e ao “mar como destino”, assumindo uma posição anticolonialista.

Portugal como enigma é o título do artigo de António Braz Teixeira do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa (p. 311-326). O autor propõe-se lembrar o pensamento de Francisco da Cunha Leão para quem a génese e a sobrevivência de Portugal eram um enigma, cuja chave estava na diferenciação psicológica do homem português face ao castelhano. Transcorridos cem anos do nascimento de Cunha Leão e quase meio século da publicação da sua obra *O Enigma Português*, António Braz Teixeira conclui que o perfil psicológico dos portugueses traçado por aquele autor alterou-se substancialmente nas últimas três décadas, uma vez que “Portugal refluíu à sua inicial dimensão europeia e ibérica” (p. 326).

Também do Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, Álvaro Garrido desenvolve o tema *O Estado Novo e a recriação historicista de uma tradição marítima nacional. Discursos sobre a “grande pesca”*. A propaganda do Estado Novo criou um discurso historicista em torno de uma tradição marítima nacional, estritamente ligado à pretensão do regime em pôr fim à decadência da nação, em revivificar o país através de uma terceira via: o “Estado Corporativo”, o domínio das pescas tendo sido um dos mais emblemáticos sujeito a esta fórmula corporativa. Várias foram as iniciativas estatais de organização e enquadramento social das “populações marítimas” e intensa a propaganda apologética da “obra social das pescas”. A reanimação da “grande pesca”, sobretudo da pesca do bacalhau, e a renovação da marinha mercante marcaram o regresso de Portugal ao mar, numa tentativa de nacionalizar a tradição marítima portuguesa (p. 327-355).

O trabalho de Mariana Lagarto Santos (Curso de Doutoramento em Altos Estudos Contemporâneos da FLUC) intitula-se *A Formação da mentalidade colonial. Representações do Portugal Ultramarino em Livros de Leitura do Estado Novo* (p. 357-390). Os manuais escolares, como intermediários entre os programas oficiais e o aluno, foram um instrumento fundamental para a formação de uma “mentalidade colonial”. Estes procuravam legitimar o imperialismo, mostrando a vocação ancestral dos portugueses para civilizar e evangelizar os indígenas, e

proporcionavam um maior conhecimento dos territórios ultramarinos, de modo a incentivar a emigração para as colónias. Mas, nos finais da década de 50 e na de 60, há uma mudança de paradigma ideológico do colonialismo português e os manuais procuram atenuar a ideia da inferioridade do africano e “acentuar a de um Portugal pluricontinental e multirracial” (p. 385).

Márcio Barbosa apresenta o artigo *Spínola, Portugal e o Mundo: Pensamento e acção política nos anos da Guiné – 1968-73*. Este mestrando da FLUC analisa o pensamento de António de Spínola, particularmente a sua concepção da “Nação Portuguesa” e do seu “lugar no Mundo” desenvolvida na Guiné antes do 25 de Abril de 1974, baseando-se em obras escritas por este militar. Spínola defendia a “unidade na diversidade”, um Portugal constituído por “grupos humanos culturalmente heterogéneos”, mas com iguais responsabilidades, direitos e deveres (p. 404). A democratização e africanização das estruturas administrativas dos territórios ultramarinos e a sua simultânea integração na “Portugalidade”, contribuindo para a formação da “Comunidade Lusfada”, faziam parte da sua proposta de “renovação na continuidade” – a própria conjuntura internacional exigia uma nova ordem, que, neste caso, seria “herdeira e sucessora da *velha* ordem vestefaliana” (p. 421). Num contexto de bipolarização do mundo no duopólio americano-soviético, Portugal assumia-se como o único representante da ocidentalidade numa África cada vez mais aberta à influência do bloco comunista. Márcio Barbosa conclui que, para o general, num Portugal pluricontinental, a questão ultramarina era falsa e o aprofundamento da integração do nosso país na Europa era pouco viável (p. 391-427).

No ensaio “*O Império que nunca existiu*”. *A Cultura da descolonização em Portugal (c.1960-c.1980)*, Rui Ramos (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) propõe algumas pistas para uma nova abordagem na interpretação das razões que levaram a que a descolonização de 1974-75 não provocasse uma crise da identidade portuguesa. Em 1951, a noção de Império foi abandonada com a revogação do Acto Colonial e, a partir da década de 60, reemergiu a ideia de que Portugal era uma vítima do Império que, na realidade, nunca possuía efectivamente, tendo servido apenas de intermediário. Cada vez mais a descolonização começava a ser vista por alguns como um meio de Portugal se libertar da subjugação ao Império e afirmar a sua soberania nacional contra as potências que dele se serviam para explorar África. O Império português foi desaparecendo como objecto de discurso, tendo esta “descolonização retórica” contribuído para uma nova ideia de Império, que poderia continuar mesmo após a separação político-administrativa, um Império espiritual ou cultural (p. 429-478).

Também do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, José Manuel Sobral expõe o tema: *O outro aqui tão próximo: Jorge Dias e a redescoberta de Portugal pela Antropologia portuguesa (anos 70-80 do século XX)*. A obra de Jorge Dias, que marcou profundamente a Antropologia em Portugal, estuda a cultura popular e pesquisa o mundo rural, sobretudo as aldeias do Norte, encaradas como cerne do comunitarismo e da família patriarcal, elementos basilares da identidade nacional. As comunidades rurais eram o outro, o contraste indissociavelmente ligado à construção da identidade burguesa (urbana), que lhe estava tão próximo, mas que era completamente desconhecido e marginalizado. Esta visão das aldeias comunitárias como as representantes dos antepassados nacionais idealizada por Jorge Dias, assim como o próprio contexto científico internacional e ideológico da época influenciaram as opções da antropologia portuguesa na redescoberta de Portugal no pós 25 de Abril de 1974 (p. 479-526).

José Carlos Seabra Pereira (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) é autor do ensaio *Servanda Lusitania! (Ideia e representação de Portugal na literatura dos séculos XIX e XX)*. A

representação literária de Portugal, ao longo dos séculos XIX e XX, esteve estritamente ligada a uma “demanda identitária”, com o objectivo de produzir uma “realidade compensatória” ou de estimular reformas sócio-históricas (p. 527). Muitas destas representações procuraram exaltar Portugal, a grandeza do seu passado ou de determinada época histórica, enaltecer o “povo”, denunciar a degradação do património. No extremo oposto, aparecem-nos representações que depreciam os portugueses, mostram o desprezo sentido pela situação presente, denunciam a mediocridade cultural do país e denigrem as elites sociais e políticas. É, essencialmente, em torno desta antinomia que se sucedem as representações de Portugal nas correntes literárias e nos principais autores destes dois séculos analisados por José Carlos Seabra Pereira (p. 527-566).

“*Bombay Portuguese*”. *Ser ou não ser Português em Bombaim no século XIX* é o título desenvolvido por Paulo Varela Gomes do Departamento de Arquitectura da FCTUC (p. 567-608). No século XIX, vários grupos de residentes na região metropolitana de Bombaim designavam-se a si próprios “portugueses”, os “bombay portuguese” que, a partir de 1887, passaram a chamar-se “east-indians”. Os conflitos entre o padroado português do Oriente e a Congregação Papal da Propaganda da Fé, que culminaram no chamado “Cisma Goano”, afectaram a identidade dos “bombay portuguese”, para os quais ser português era “uma questão de crença religiosa e de língua” (p. 580). Tudo isto levou a que oscilassem entre a obediência e fidelidade à Inglaterra e à matriz cultural portuguesa da sua terra natal. Por outro lado, a constante chegada de migrantes goeses a essa região foi fatal para a sua crise identitária, uma vez que os goeses, também católicos, sobretudo de castas mais baixas, se autodenominavam portugueses, negando essa mesma designação aos “bombay portuguese”.

Cristina Robalo Cordeiro (FLUC) é a autora do artigo *Portugal visto de França: olhares filosóficos*, no qual procura analisar o lugar reservado a Portugal na literatura e na consciência cultural e política dos franceses. A partir da época das Luzes, enquanto a França era tida como um modelo para Portugal, nesse país além Pirinéus a nossa cultura e história foram praticamente ignoradas. Alguns filósofos e pensadores, desde de Voltaire a Sartre, fizeram breves referências ao nosso país, tomando-o normalmente como um exemplo negativo e defendendo que, através da filosofia, a França poderia transformá-lo, libertá-lo dos seus opressores. A partir do 25 de Abril de 1974, com a conquista da liberdade, o nosso país voltou a integrar-se no “sentido da História” e, conseqüentemente, no “discurso cultural francês”, estando subjacente a esta visão dos pensadores franceses uma certa filosofia da liberdade, uma liberdade da qual a França se julgava legítima inventora e representante. Na verdade, foi “a filosofia que decidiu do nosso destino e da nossa imagem na terra de Descartes” (p. 622), tendo os nossos trabalhadores imigrados, sobretudo a partir dos finais dos anos 50 do século XX, feito o resto. Afirma a autora que, nas últimas décadas, notou-se uma completa renovação da representação de Portugal e dos portugueses no imaginário francês (p. 609-622).

Da mesma Faculdade, Maria Aparecida Ribeiro apresenta-nos o texto: *Construindo o “Brasileiro”: contornos do imigrante português no Brasil de 800* (p. 623-648). Na literatura brasileira do final de Oitocentos, o português imigrado é visto como o Outro, sendo visível um certo antilusitanismo, acentuado pelos conflitos da independência de 1822 e renovado pela hegemónica presença dos imigrantes portugueses. Nessas representações literárias é denunciada a ignorância, a rudeza, o conservadorismo, a melancolia dos portugueses, assim como outros traços de carácter menos recomendáveis (a falta de asseio e a deformação física ou moral devido ao trabalho excessivo na ânsia de poupar). No reverso da medalha, o português “brasileiro”, o torna-viagem, era igualmente visto como o Outro pelos seus compatriotas, tornando-se mesmo objecto de ridicularização, como na obra de Camilo Castelo Branco ou de Eça de Queirós.

Também da FLUC, António Apolinário Lourenço desenvolve o tema *Um olhar sobre a Lusitânia. Portugal visto de Espanha*. Aponta como objectivo principal do seu estudo a análise da imagem de Portugal e dos portugueses em Espanha. Muitas vezes Portugal é caracterizado pela sua grande vaidade pessoal e nacional e pelo seu sentimentalismo exacerbado. Desde o século XVI, vários autores espanhóis, que nutriram ou não uma fraternal afeição pelo nosso país, aperceberam-se do antiespanholismo, por vezes arrogante, da população lusa que insistia em manter a sua independência, o seu “amor à autonomia nacional”, face a uma unificação ou integração ibérica. Com a liberdade do pós 25 de Abril e um novo contexto internacional globalizador, no qual o nacionalismo tende a diluir-se, intensificou-se o intercâmbio cultural e comercial entre estes dois países (p. 649-683).

Os dois últimos artigos deste número da *Revista de História das Ideias* já não integram directamente a grande temática das reflexões acerca de Portugal: um é da autoria de José Pedro Paiva e outro de Amadeu Carvalho Homem, ambos da FLUC e membros do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

O primeiro intitula-se *Bispos, imprensa, livro e censura no Portugal de Quinhentos* e demonstra como os prelados portugueses usaram a imprensa para afirmar o seu poder jurisdicional, publicando medidas normativas e regulamentadoras que lhes competiam no governo da Igreja, e difundir o seu magistério, visando a instrução dos clérigos e dos fiéis. O receio, por parte dos bispos, da propagação de doutrinas dissidentes e heterodoxas através do livro só apresentou os primeiros traços inequívocos em meados do século. Após o estabelecimento da Inquisição em Portugal (1536), foi esta instituição quem começou a dominar a censura literária, examinando até textos da autoria de bispos. Estes últimos, salvo raras excepções, não se opuseram a isso e até colaboraram na acção censória praticada pelo Santo Ofício (p. 687-737).

Amadeu Carvalho Homem apresenta-nos o ensaio *Riso e Poder. Uma abordagem teórica da caricatura política*, no qual tece algumas considerações sobre o imaginário do riso e algumas linhas para a interpretação das caricaturas políticas. Este género de caricatura insere-se num imaginário risonho de finalidade militante, tendo como objectivo uma desqualificação, vulgarização da figura que representa o Poder. Daí o recurso a estratégias caricaturais como a animalização, a vegetalização ou a reificação da figura humana, provocadoras do riso que desmantela a sacralidade subjacente à autoridade dos mandantes (p. 739-763).

Este número integra textos de grande qualidade e rigor científicos, uns mais hermenêuticos e extensos, outros de leitura mais imediata e acessível. Verifica-se, ainda, uma predominância de artigos relativos às ideias e representações de Portugal nos séculos XIX e XX, sendo muito poucos os que se reportam à Idade Média ou à Época Moderna. Contudo, no meu ponto de vista, todos constituem excelentes contributos para uma reflexão acerca de Portugal, das suas representações e construção na diacronia.

Filipa da Silva Lopes

OLIVEIRA, J. M. Pereira de, *O Espaço urbano do Porto. Condições naturais e desenvolvimento*, 2 volumes, edição facsimilada da edição de 1973, Porto, Afrontamento, 2007.

O estudo do Prof. José Manuel Pereira de Oliveira foi uma excelente tese de doutoramento em Geografia, produzida no âmbito do Centro de Estudos Geográficos anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e nela apresentada e defendida. Publicada pela primeira vez em 1973 pelo Instituto de Alta Cultura, a sua reedição, mais que homenagem à memória do homem de ciência que foi Pereira de Oliveira, é a oferta de um instrumento de trabalho para todos os que se preocupam com o desenvolvimento sustentado e planificado da cidade do Porto. Não é possível construir planos directores municipais consistentes e com futuro sem se ter um conhecimento adequado dos traços persistentes que foram modelando a cidade ao longo dos séculos, desde as origens, não só na sua essência imaterial mas também na sua componente física. Eu acredito que as cidades e os lugares têm um génio próprio apreensível e que é possível captá-lo a partir da reflexão sobre os dados que nos são trazidos pelos estudiosos, por certo não apenas pelos geógrafos e pelos historiadores mas por todos os que se debruçam sobre os homens dessa cidade e desse lugar na sua relação com a natureza e com os outros homens da sua comunidade e das comunidades vizinhas, num determinado enquadramento, estruturado no espaço e no tempo.

Os dados coligidos pelo Prof. Pereira de Oliveira, a meu ver, são um contributo de grande importância para a apreensão desse tal génio que orientou a cidade no seu desenvolvimento secular.

Ao contrário de outras ocorrências, risco aqui do meu discurso a expressão «espírito da cidade» ou «espírito do lugar», não porque deixasse de crer que os lugares e as cidades têm um espírito próprio e irrepitível, mas porque a expressão hoje acha-se banalizada e transformada em pastel de nata onde cada um mete os ingredientes que entende.

Aparentemente não são os homens os protagonistas deste trabalho. De facto, com uma ou outra excepção, não encontramos no texto de Pereira de Oliveira destaques de pessoas ou de heróis individuais. Nas mais de 100 fotografias que ilustram o livro, nenhuma é o retrato ou imagem de qualquer personalidade. Mas se isto é realidade é também aparência: de facto, os homens e as mulheres do Porto não só são captados a animar muitas dessas fotografias dos lugares mas encontram-se subjacentes da primeira à última página.

Tal torna-se até evidente na segunda parte da dissertação em que o autor se debruça sobre o plano urbano. É que não há plano sem pessoas. As que os elaboram e as que os sofrem ou deles usufruem. Mas, mesmo a primeira parte, mais voltada para a inventariação e descrição dos elementos e factores naturais, adquire peso significativo e justificação porque os elementos e factores naturais «de algum modo condicionaram a longa acção humana». De resto, não deixarei de sublinhar que a palavra «humanização», humanização do espaço, é utilizada algumas vezes ao longo das centenas de páginas.

Citando o autor, «uma cidade é por excelência um facto artificial, isto é, no sentido amplo da palavra, o resultado de acções humanas conscientes e voluntárias, portanto não naturais».

São essas acções humanas conscientes e voluntárias, exercidas ao longo de séculos por gerações sucessivas e diferentes num determinado espaço, o espaço urbano do Porto, que lhe desenham e definem uma identidade própria, única e irrepitível.

Tudo isto me parece óbvio e não necessita de muitas explicações.

O que talvez necessite de explicação é o facto de um historiador se debruçar, com interesse e sem a sensação de estar metendo foice em seara alheia.

Não bastando para o efeito a qualidade de amigo do autor, porquê então tal ousadia?

A) O facto de o Autor dedicar o trabalho, entre outros, a Artur de Magalhães Basto e de lhe consagrar quase sete páginas na sua longa e exaustiva lista bibliográfica constituída por 18 páginas, poderá fornecer um início de explicação. É que Magalhães Basto, não sendo historiador de formação, e tendo sido docente de Geografia na primitiva Faculdade de Letras do Porto, tornou-se justamente famoso como historiador da cidade do Porto, continuando hoje por direito próprio bem no topo da historiografia portuense.

Por conseguinte, pela mediação de Magalhães Basto e de outros historiadores citados pelo autor, parece natural que um cultor de história urbana se sinta em casa ao falar deste livro.

B) Em segundo lugar, e pelo que atrás ficou dito, o desenvolvimento da dissertação que é evidentemente de Geografia, não recusou a História e a Arqueologia, especialmente nos capítulos V (o problema do sítio original), VI (a evolução do plano urbano: da origem a 1813) e o VII (evolução urbanística de 1813 aos nossos dias).

E. Julliard que elaborou uma tese de Geografia sobre a Baixa Alsácia confessava que a sua dissertação no fundo era tanto histórica como geográfica. Provavelmente ninguém dirá o mesmo do trabalho que nos congrega aqui. Mas a História está bem presente neste como noutros trabalhos do autor. Vejamos rapidamente.

No cap. V traça não só um magnífico ponto da situação sobre os conhecimentos que à época havia sobre o lugar original do povoamento do Porto mas também acrescenta hipóteses novas alicerçadas na sua fundada interpretação pessoal dos documentos e das cartas topográficas existentes. Jogando com os conhecimentos sobre a rede viária antiga bem como com os factos históricos (criação da diocese, duplo amuralhamento da cidade, advento de D. Hugo, doação de Dona Teresa e foral por ele outorgado, relações com o exterior), tenta chegar à compreensão não só da formação como do desenvolvimento do núcleo urbano primitivo. O Geógrafo, na sua visão reflexiva encontrou razões sérias para presumir que o *Portucale locus* seria na Ribeira. Ainda que nem todos concordem com esta asserção, os resultados mais recentes da Arqueologia urbana atestam e asseveram uma fruste ligação entre o morro da Sé e a zona ribeirinha.

No cap. VI tentando fixar etapas e modos do crescimento urbano, o autor faz verdadeira e original história do urbanismo portuense, valorizando e explorando documentos, como provavelmente ninguém antes o fizera. Refiro-me à sentença de D. Dinis de 1316 sobre os agravos que o Conselho da cidade alegava ter recebido dos oficiais do Bispo. Nesta perspectiva, parece-me de sublinhar a perspicácia da percepção do impulso urbanístico que resultou de várias decisões de D. João I: transferência da judiaria de Monchique para o morro da Vitória; abertura da Rua Nova ou Rua Formosa, depois Rua dos Ingleses, hoje Rua do Infante D. Henrique; fundação do Convento de Santa Clara. Poderia apresentar mais exemplos curiosos de como um geógrafo pode fazer excelente trabalho de historiador, num caminho inverso mas paralelo ao do mestre de Geografia Humana, Prof. Orlando Ribeiro: «nunca me esqueci de que se há mais de quarenta anos sou geógrafo, foi a vocação de historiador, haurida principalmente em Herculano, que me levou à Faculdade de Letras». (*Introduções geográficas à História de Portugal*, Lisboa, 1977)

O capítulo VII, «Evolução urbanística de 1813 aos nossos dias», é uma recolha exaustiva, com cronologias muito precisas a delimitar fases de desenvolvimento, sobre a marcha do urbanismo portuense, conjugando dados demográficos, políticas de construção, planos de arruamentos, transportes colectivos, planos directores municipais.

C) Pelo que ficou dito, surge uma terceira razão para um historiador estar nesta sessão: é que esta obra, não sendo trabalho de História, tornou-se indispensável ao historiador, ao historiador da cidade do Porto. Provavelmente este preferirá dar maior protagonismo às pessoas concretas, aos movimentos sociais, às práticas económicas, à mobilidade social, às instituições, etc. Mas as pessoas concretas e as instituições nascem, vivem e morrem enquadradas num dado tempo e implantadas num determinado espaço (espaço que é o cenário onde o homem vive mas que é também um produto da acção do homem). A informação contida em vários capítulos, sobretudo no VII, transformará rapidamente a tese de Pereira de Oliveira naquilo que nós em história chamamos fonte secundária (que não são fontes de segunda ordem, antes pelo contrário), porque são fontes construídas sobre fontes documentais. Tal como o célebre e celebrado livro do Padre Rebelo da Costa.

D) Quarta razão: o intercâmbio (natural) entre as duas disciplinas de Geografia e História.

O diálogo entre as duas disciplinas é muito antigo, remontando na Europa pelo menos ao séc. XIX, através da disciplina de Geografia Histórica que teve talvez a sua expressão máxima na Alemanha com o grande mestre Friedrich Ratzel. Aqui procedeu a chamada **Geopolítica**, disciplina que, tornando-se instrumento de manipulações políticas e ideológicas deixou de ser lugar recomendável de encontro de geógrafos e historiadores.

Mas, sobretudo em França, foram nascendo novos caminhos de diálogo entre as duas disciplinas, de que é exemplo a colaboração do historiador E. Lavisse com o geógrafo Vidal de la Blache.

O período entre as duas guerras mundiais, tendo como ponto de convergência a «Revue de Synthèse» de Henri Berr reforçou essa colaboração em que intervieram historiadores de renome como Marc Bloch e Lucien Febvre.

O historiador Fernand Braudel, discípulo de Lucien Febvre, a quem não agradavam as discussões sobre as fronteiras de cada disciplina, avançou muito na aproximação entre as duas disciplinas. Tendo feito dum personagem geográfico o tema da sua tese de 1949: *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*, acabou por fazer apelo à convergência da Geografia e da História numa disciplina a que ele chamou **Geo-história**. Embora contasse alguns adeptos mesmo entre geógrafos (caso de Roger Dion), na verdade o seu apelo não teve seguidores.

Mas o influxo da Geografia na História não deixou de crescer. Para além das clássicas introduções geográficas às histórias dos países, a tomada de consciência do espaço não só como cenário da acção do homem mas também como produto dessa acção, é uma das características do discurso histórico surgido após a segunda guerra mundial. Ao mesmo tempo a descoberta da estatística, o recurso à cartografia e a distribuição espacial dos fenómenos converteram-se em métodos correntes da interpretação e investigação das causas desses fenómenos. Houve até historiadores que trataram de temas tradicionalmente pertencentes a Geografia: refiro-me a Le Roy-Ladurie e à sua *Histoire du Climat depuis l'an mil* (1967).

Pessoalmente julgo que os estudos sobre a cidade, sobre as cidades, podem e devem congrega historiadores e geógrafos. História Urbana e Geografia Urbana são áreas diferentes mas comple-

mentares, com uma grande fronteira de partilha. Julgo que a obra que aqui hoje comento, ainda que a edição original remonte a 1973, o continua a comprovar. Aliás, nesse aspecto como noutros, o Prof. Pereira de Oliveira deixou discípulos e seguidores, como o atestam os trabalhos de vários colegas do Departamento de Geografia.

Francisco Ribeiro da Silva

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (ed.), 2007 - *Inquisitiones. Inquirições gerais de D. Dinís: 1284*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa. (*Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum, Nova Série*, vol. 3). ISBN 978-972-623-101-1.

La Academia de las Ciencias de Lisboa – institución fundada en 1779 como “Academia Real das Sciencias de Lisboa” hasta la Proclamación en 1910 de la República Portuguesa, momento en el que cambió por la denominación actual – dio inicio en 1888 a la publicación de las actas de las “Inquisitiones” o “averiguaciones” generales realizadas en Portugal durante la dinastía de los Borgoña, o Primera Dinastía, de la mano de João Pedro da Costa Basto, paleógrafo ilustre de la Torre do Tombo y colaborador de Alexandre Herculano, “el verdadero mentor de la iniciativa”, en palabras de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro.

El proyecto de trabajo de la Academia sobre publicación de fuentes portuguesas había comenzado unos decenios antes, en torno a 1856, en la colección “*Portugaliae Monumenta Historica*”, contando progresivamente con cuatro grandes series de edición de fuentes históricas portuguesas: la dedicada a las fuentes narrativas “Scriptores”; la relativa a textos jurídicos “Leges et Consuetudines”; la dedicada a la documentación regia y particular, “Diplomata et Chartae”; y las ya citadas “Inquisitiones”. Se trataba, por tanto, de un ambicioso proyecto recopilativo de fuentes cuidadosamente editadas a imagen de la “*Monumenta Germaniae Historica*” (MGH) fundada en 1819 por Karl Freiherr von Stein, como señala José Matoso en la magnífica “Apresentação” del volumen.

Pero los proyectos ambiciosos en materia histórica nunca encuentran el apoyo y la continuidad necesaria, incluso entre la propia comunidad científica. José Matoso señala que aún siendo todavía hoy Alexandre Herculano referente de primer orden en la Academia, las fuentes medievales y la Edad Media dejaron “com a progressiva decadência do romanticismo, de constituir un período privilegiado de investigação histórica portuguesa” frente al período de los Descubrimientos, “mais «interessante» do ponto de vista da memória nacional”, dando lugar, ya en 1858, a la publicación de la “Coleção de documentos inéditos para a História das Conquistas Portuguesas na África, Ásia e América” o al “Corpo Diplomático Português” en 1862. Esta circunstancia propició numerosas interrupciones de los “*Portugaliae Monumenta Historica*” pero nunca su extinción como proyecto científico de primer orden, y desde luego jamás supuso una pérdida de interés por la edición de fuentes documentales “per se”.

Gracias al esfuerzo y dedicación de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, profesor de Historia Medieval en la Facultad de Letras de la Universidad de Porto (FLUP), se continua en el siglo XXI con la edición de las “Inquisitiones” del reinado de don Dinís (1279-1325), elaboradas en 1284, que eran las siguientes inéditas a las “Inquirições de 1258”, rematadas de editar por los

ilustres diplomatas Rui Pinto de Azevedo y Avelino de Jesús da Costa, en 1977. El nuevo volumen, sin embargo, no se encuadra en la primitiva serie “Inquisitiones”, sino que continua como tercer volumen de la “Nova Série”, surgida en 1980 para reeditar los interesantísimos nobiliarios medievales “Livros Velhos de Linhagens” (edición crítica de Joseph Piel e José Matosso, vol. 1) y los dos tomos del “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro” (edición crítica de José Matosso, vol. 2), conocido vulgarmente como el Nobiliario del Conde don Pedro o del Conde de Barcelos.

J. A. de Sotto Mayor señala en su completo estudio introductorio la importancia que las distintas “Inquirições” en general y las “dionisinas” en particular tienen para la historia medieval portuguesa: noticias de carácter económico y administrativo, de índole social y eclesiástica, además de interés toponímico y onomástico... Pero son las que ahora se editan, como ya anticipó Luís Krus, las que “ênfatizam as questões das funções, direitos, réditos e até formas de designação dos mordomos e juizes do rei, como pela abundante informação relativa aos nobres”, identificándose numerosos hidalgos con bienes y derechos en feligresías, la transmisión de sus dominios, los conflictos señoriales... Refleja una realidad “perfeitamente enquadrada na política de controlo senhorial” emprendida por don Dinís desde el comienzo de su reinado, que desencadenará importantes conflictos señoriales que culminarán en la guerra civil del final de su reinado; periodo por cierto bien conocido por el editor, autor en 2005 de una completa biografía del llamado “*Rei Poeta*” (Lisboa, Círculo de Leitores).

Esta “averiguación” de 1284 será la primera emprendida por aquel monarca— de un total de cuatro, todas inéditas —, y la menos extensa tanto en términos textuales como de ámbito geográfico. Apunta J. A. de Sotto Mayor, con razón, que las “inquirições” portuguesas de los siglos XIII y XIV representan un caso único en el panorama europeo, por las posibilidades investigadoras que este hecho supone. En Castilla, de hecho, sólo podrían “compararse” los libros de rentas de Sancho IV, estudiados por Francisco J. Hernández (“*Las rentas del rey: sociedad y fisco en el reino castellano del siglo XIII*”, 2 vols., 1993), o con más reservas, el libro “Becerro de las Behetrías de Castilla” (1352), mandado confeccionar por el rey don Pedro con el fin de averiguar el estado de los territorios castellanos del norte que gozaban de una forma señorial específica, de “behetría”, no de realengo, según las investigaciones del grupo de Carlos Estepa Díez.

Las “Inquirições Gerais” de 1284 originales no se conocen: la presente edición se transcribió de una copia algo posterior, de 1301, escrita en letra gótica — se hecha en falta alguna precisión mayor — injerida en el “Livro 2.º de Inquirições de D. Alfonso III” (Direcção-Geral de Arquivos/Arquivo Nacional da Torre do Tombo); algunos fragmentos también se encuentran copiados en el denominado “Livro Preto de Grijó”. De todo ello, deduce el editor, la copia es una transcripción íntegra del original.

Las reglas de transcripción empleadas por José Augusto Sotto Mayor siguen las recomendadas por el P. Avelino Jesús da Costa, sin diferir en sustancia de las célebres españolas “Normas de transcripción y edición de textos y documentos” de la Escuela de Estudios Medievales del CSIC, confeccionadas en el año 1944.

La introducción finaliza con los agradecimientos, entre los que creo oportuno destacar la co-financiación del Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) de la Universidad de Porto.

En lo que se refiere a los índices, incluye los habituales onomástico — “antroponímico” — y toponímico, juntos, a los que añade otro denominado “corográfico” — esto es, una modalidad

del toponímico que aglutina los nombres de lugares citados por los “julgados” de las “inquiriões” – y otro “remessivo” o de materias. El editor se disculpa por no presentarlos más completos, citando en particular el “ideográfico” o de frases y palabras... Sin embargo, aquí el proverbio o locución latina “excusatio non petita, accusatio manifesta” no se debe aplicar, porque los que hay son suficientes, bien elaborados y claros.

Las averiguaciones de los bienes y derechos del monarca lusitano ocupan casi cien páginas del libro. Comprenden los “julgados” de Sever, Figueiredo, Cambra y Fermedo y fueron ejecutadas por Estêvão Lourenço, clérigo y procurador regio. Las “inquiriões” recogen las informaciones que distintas “testemuynhas”, jurando sobre los “Santos Avangelhos”, realizaban en cada feligresía de “todolos dereytos d’el Rey” y de sus mayordomos: casales, fonsaderas, luctuosas, “entorviscadas”, portazgos, “anuduva” [adua], o “voz, coomha [coima] e omezio se o fezeren”... Así pues, se mencionan los derechos, las cuantías y rentas, el número de “casaes” de cada feligresía, los llevadores, los “herdadores” de algunos de esos lugares, las transmisiones de propiedades que “veem de filhos d’ algo”... Un sin fin de interesantísimas noticias que ponen de manifiesto, por un lado, lo imprescindible de conocer el significado preciso de cada palabra, de cada derecho, de cada denominación que encierra una realidad señorial; y por otra, la dificultad y deficiente funcionamiento y gestión del sistema señorial, la falta de autoridad real, los intentos por recuperarla... y lo que es más importante ahora, la necesidad de un conocimiento más exacto del señorío, de su realidad histórica, de su funcionamiento, poder y territorialidad.

Finalmente, es preciso resaltar otro aspecto del volumen: su perfecta edición, clásica, sencilla y clara, lo exigible para publicaciones científicas serias – incluye un completo mapa y una muestra del códice – en línea con la trayectoria editorial en la que se enmarca, sin esperpentos coloristas “WordArt” de última moda que restan solemnidad a las publicaciones.

Empapémonos en Hispania, pues, del espíritu de Alexandre Herculano y de sus colaboradores y continuadores, entre los que ahora se suma con justicia el Profesor Sotto Mayor Pizarro, pues, si bien al otro lado de la raya no contamos con estas precisas y preciosas “averiguaciones”, sí tenemos miles y miles de pergaminos, papeles y tumbos que permanecen inéditos, continentes de ingentes noticias que con unos correctos conocimientos paleográficos, latinos e históricos ayudarían a aproximarse a la verdadera esencia de la realidad medieval hispánica

*Pablo S. Otero Piñeyro Maseda*¹

¹ Doctor del IEGPS – CSIC-XuGA. Ó abeiro do Programa de recursos humanos (RHS) do Plan Galego de Investigación, Desenvolvemento e Innovación Tecnolóxica-Incite (2006-2010), Programa “Ángeles Alvariño”, cofinanciado polo Fondo Social Europeo.

Sociedade e cultura na obra de Francisco Ribeiro da Silva*

Na sessão de homenagem ao Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, por quem sempre senti estima e admiração, coube-me a honra de falar sobre as vertentes sociais e culturais da sua vasta bibliografia. E, embora a sua obra seja multifacetada, estes aspectos têm uma ampla relevância.

Gostaria, antes de mais, de recordar o facto de, no ano lectivo de 1978/79, ter sido aluno do Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, então Assistente da secção de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, na disciplina de *História de Portugal (séculos XV-XVIII)*, onde colaborava com o Prof. Luís A. de Oliveira Ramos e depois, no ano académico de 1979/1980, na disciplina de *História Institucional e Política (séculos XV- XVIII)*. Curiosamente, em 1988/1989, eu próprio, já Assistente da mesma secção de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, colaborei com o Prof. Ribeiro da Silva, leccionando as aulas práticas no último ano lectivo (1988/1989) em que a referida disciplina de *História Institucional e Política (séculos XV-XVIII)* funcionou, dada a mudança operada, por essa altura, na estrutura curricular da licenciatura em História.

Conforme já dissemos, os aspectos sociais e culturais estão bem presentes na extensa obra do Prof. Francisco Ribeiro da Silva, bem como nas dissertações de mestrado e doutoramento que orientou.

No ano lectivo de 1989/1990, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto criou, no âmbito do Mestrado de História Moderna, um seminário intitulado *Alfabetização, Leitura e Mentalidades em Portugal no Antigo Regime*, do qual saíram trabalhos que se pautam pela novidade e rigor científico, ambas características e apanágio do Prof. Doutor Ribeiro da Silva. Entre as 29 dissertações de mestrado orientadas, entre 1991 e 2006, contabilizámos 11 ligadas a temáticas sociais, 12 a aspectos culturais, nomeadamente sobre alfabetização de que foi e é um investigador pioneiro e tema acerca do qual falaremos mais à frente. Orientou também várias teses de doutoramento nestas duas matérias. No âmbito das várias actividades ligadas à investigação e à divulgação, é de referir que, entre 1991 e 1996, foi coordenador editorial da Revista bianual EDUCAÇÃO, dirigida por António Almeida Costa e editada pela Porto Editora.

Dentre os livros publicados, cabe-nos destacar a sua extensa e inovadora dissertação de doutoramento intitulada *O Porto e seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, publicada no Porto, pelo Arquivo Histórico Municipal, em 1988, na colecção «Documentos e Memórias para a História do Porto», nº XLVI e os livros:

Absolutismo Esclarecido e intervenção popular. Os motins do Porto de 1757. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990;

A criação das Paróquias de S. Nicolau e de Nossa Senhora da Vitória (1583). Aspectos sócio-económicos e religiosos da época. Porto, 1984;

Maçons, Católicos e Autarcas (A Loja «União Portucalense» de Vila Nova de Gaia). Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal, 1997;

O Porto das Luzes ao Liberalismo. Lisboa: INAPA, 2001, colecção Portucalense;

O Hospital da Irmandade da Lapa 1904-2004. Apontamentos Históricos. Porto, 2004.

* Comunicação apresentada na homenagem ao Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 8 e 9 de Novembro de 2006.

De referir que, na conclusão da obra *Absolutismo Esclarecido e Intervenção Popular. Os motins do Porto de 1757*, o Prof. Ribeiro da Silva escreve que “o estatuto político do povo não foi uniforme ao longo do período moderno, sendo necessário estabelecer e fixar as variações verificadas consoante os tempos e os lugares.” Além disto, não deixa de mencionar, a propósito dos referidos motins, que “um certo antagonismo entre a plebe e a aristocracia é vistível nos antecedentes destes tumultos e mostrar-se-á com evidência nos fins do século.¹”

Por outro lado, na sua dissertação de doutoramento *O Porto e seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, o aspecto social está bem presente. O capítulo IV, do volume I, trata da sociedade na cidade do Porto, durante o período filipino, partindo da “divisão tradicional da Sociedade em Clero, Nobreza e Povo”, a qual, conforme escreve, “embora vaga e equívoca, continua a mostrar-se metodologicamente útil como ponto de partida para análises mais pormenorizadas”. E, no final do capítulo, chega à importante conclusão de que “os diversos grupos sociais não se apresentavam bloqueados e estanques. A mobilidade impôs-se por diferentes vias”. Isto vem desmistificar a ideia, muitas vezes generalizada, de que no Antigo Regime a mobilidade social era muito difícil ou quase impossível. Além disto, o Prof. Ribeiro da Silva chama, ainda, a atenção para a presença no burgo portuense de cristãos-novos, estrangeiros, “mendigos, escravos e ciganos e outros marginais”².

Um dos aspectos da sua obra que considerámos relevante é a definição de “cidadão do Porto”. De facto, se a aristocracia da cidade era constituída por fidalgos e cidadãos, estes dois termos não são sinónimos. Os primeiros eram aqueles a quem o rei tinha concedido esta qualidade e cujos nomes figuravam nos *Livros de Matrícula*, ou, então, todos a quem a Casa de Bragança havia concedido este título por édito particular. Já os cidadãos formavam um grupo heterogéneo, pouco numeroso, que gozava, de facto, de direitos e privilégios importantes, não recebendo, no entanto, nenhum subsídio real. Contudo, nem todos viviam sumptuosamente. Na realidade, a distinção entre nobre e cidadão dizia respeito mais à honra e ao estatuto social que às funções exercidas na cidade.

Assim, ser cidadão era fundamentalmente possuir uma qualidade social local quanto à sua génese, que concedia privilégios válidos para além dos limites da cidade e do seu termo. Refira-se, também, que as benesses beneficiavam, de direito, todos os indivíduos deste grupo, mas não os tornavam automaticamente iguais entre si, daí que fosse um grupo também estratificado. Se por acaso, além dos privilégios que gozava, ostentava um modo de vida sumptuoso a distinção entre nobre e cidadão era quase nula. Além disto, o privilégio de cidadão era obtido pelo nascimento, pelo mérito, pela via institucional, pelo casamento ou pelo facto de se pertencer à classe dos letrados, o que, aliás, não era automático. Perdia-se, devido a uma desobediência grave, ou por “se exercer um modo de vida contrário aos ditames da honra que a qualidade de cidadão exigia”, ou, ainda, por acções contrárias aos interesses e liberdades da cidade ou falta de respeito, em relação às funções e cargos municipais. No fundo, “gozavam de um conjunto de benesses, das quais fazia parte a plenitude dos direitos políticos”³.

¹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Absolutismo esclarecido e intervenção popular. Os motins do Porto de 1757*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, pp. 113, 116.

² SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*. Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, p. 1988, p. 352.

³ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e seu termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder*, pp. 290-306 e SILVA, Francisco Ribeiro da – *Gentilshommes, nobles et cidadãos de Porto au XVII^e siècle: caractérisation sociale et voies d'accès*. In “Hidalgos & Hidalguía dans l’Espagne des XVI^e-XVIII^e siècles. Théories, pratiques et représentations.

Igualmente, na *História da Cidade do Porto*, dirigida pelo Prof. Luís A. de Oliveira Ramos dada à estampa, em 1994, na secção relativa aos *Tempos Modernos*, o Prof. Ribeiro da Silva faz um retrato preciso e correcto da sociedade portuense. De facto, os aspectos sociais do burgo ocupam 35 das cerca de 119 páginas dedicadas a esta época. Logo no início, escreve que “dentro de cada estado são numerosos os níveis hierárquicos e, tratando-se de uma sociedade de ordens e aberta à mobilidade, como era (...), nem sempre é fácil, na prática, arrumar indivíduos, famílias e grupos, ainda que conheçamos e apliquemos os três factores clássicos de definição das ordens: estatuto social, situação económica e grau de participação no poder.” Acrescentando, logo de seguida que “a divisão tripartida da sociedade em eclesiásticos, nobres e oficiais é um modelo aceite, reconhecido e até invocado nos meios portuenses da época moderna.”⁴

Na obra *O Porto das Luzes ao Liberalismo*, volume da colecção *Portucale* da qual é também director, quando trata da sociedade setecentista afirma que, embora a maioria da população da cidade integrasse o denominado «terceiro estado», esta era uma “expressão demasiado genérica para agrupar toda a gente que não pertencia ao clero, nem à nobreza. O «povo» era assaz heterogéneo para caber todo num só grupo. Os estratos que o compunham afirmavam-se em razão de critérios diversos tais como riquezas, modo de vida, prestígio familiar, instrução, proximidade de poder ou dos poderes.” Além disto, neste livro trata também dos hábitos e lazeres das elites portuenses, das sociabilidades religiosas e da alimentação.⁵

Ainda no âmbito da vertente social é de assinalar a comunicação sobre *A Misericórdia de Santa Maria da Feira. Breve Notícia Histórica*, publicada em 1995, e a intitulada *Marginais e marginados à luz das Ordenações Filipinas*, datada de 1996, as quais tratam de franjas sociais muitas vezes esquecidas pela historiografia. Talvez seja aqui de referir as seguintes palavras do Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva:

“*A História e os Historiadores são acusados por vezes (e não sem razão) de perpetuarem apenas a memória dos poderosos e dos senhores deste mundo. É um provérbio popular muito conhecido aquele de que «dos fracos não reza a História». Provavelmente essa é uma fatalidade imposta pelos materiais de que o Historiador dispõe. Grande parte dos documentos de que podemos lançar mão, não retratam senão as posições e a situação dos que mandavam e comandavam.*”⁶

As *Ordenações Filipinas* entre os exemplos de “marginção ou exclusão” que apresentam, nomeiam os ciganos, os arménios, árabes, persas, “ou nacionais de outras nações sujeitas aos Turcos e ainda os mouriscos de Granada”. Os “judeus e os mouros livres ou cativos eram tolerados”, podiam permanecer no Reino, desde que autorizados pelo rei, embora tivessem de trazer consigo sinais identificadores. Os cristãos-novos, esses, estavam proibidos de sair do país. Os vadios eram um grupo temido e hostilizado, sendo os termos vadio e ocioso “equivalentes e com carga suficiente para evocar e definir marginalidades”. Por seu lado, malfeitor era aquele que, de acordo, com o expresso no título 116 do Livro 5º das Ordenações, tivesse cometido qualquer um dos 15 crimes

Paris : Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique/Maison des Pays Ibériques, 1989, pp. 208-210, 213, 216, 218 ; SILVA, Francisco Ribeiro da – *Tempos Modernos*, In RAMOS, Luís A. de Oliveira – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, [1994], p. 322.

⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Tempos Modernos*, In RAMOS, Luís A. de Oliveira – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, [1994], p. 302-337

⁵ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto das Luzes ao Liberalismo*. Lisboa: Edições Inapa, [2001], pp. 47, 50-55.

⁶ SILVA, Francisco Ribeiro da - *A Misericórdia de Santa Maria da Feira. Breve notícia Histórica*. In «Revista da Faculdade de Letras. História», II série, Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1995, vol. XII, p. 369.

aí enumerados. Entre eles, como não podia deixar de ser, encontravam-se os salteadores de caminhos e os feiteiros. Já os escravos “*não chegavam a ser marginais*”, pois “*não estavam na periferia mas no outro lado, na outra face da vida da sociedade*”.

No entanto, se marginal for “*sinónimo de deviancionista, isto é aquele que fugia nas suas ideias e no seu comportamento às normas dominantes, então a lista dos factores de marginalização e dos potenciais marginados*” tornava-se muito mais ampla. E o Prof. Francisco Ribeiro da Silva termina com a seguinte questão:

“*Devem ser considerados todos marginais? Talvez, mas é preciso distinguir entre actos e hábitos de marginalidade. Se todos fossem marginais, seria caso para perguntar: mas haveria ainda lugar para os conformistas?*”⁷

Na vertente cultural da obra do homenageado destacamos os trabalhos acerca da história da alfabetização e do ensino em Portugal. O interesse pelo tema da alfabetização data de 1979, quando apresentou a comunicação *Níveis de alfabetização de oficiais administrativos e judiciais dos concelhos de Refojos de Riba d’Ave e da Maia, na 1.ª metade do séc. XVII*, no Colóquio de História Local e Regional que teve lugar em Santo Tirso. E, em 1983 produziu sobre o mesmo tema um outro trabalho intitulado *O Concelho de Gaia na 1.ª metade do séc. XVII; Instituições e níveis de alfabetização dos funcionários*. O primeiro foi publicado em 1982 e o segundo em 1984.

Na altura da defesa da sua dissertação de doutoramento apresentou uma tese complementar intitulada *A alfabetização no Antigo Regime (1580-1650). O caso do Porto e da sua região*, publicada, posteriormente, em 1986, no vol. III, da 2.ª série da «Revista da Faculdade de Letras. História»⁸. Neste trabalho estudou os níveis de alfabetização e escolarização no Porto e nos concelhos do termo da cidade, tendo para o efeito sido um dos pioneiros a utilizar documentação conservada no Arquivo Histórico Municipal do Porto e nos Livros de Admissão de Irmãos e Confrarias da Misericórdia⁹. Entre as primeiras utiliza os Livros das sessões da Câmara, pois, embora aí apareçam sobretudo as categorias sociais superiores, tanto rurais como urbanas, não são representativos apenas destes grupos. Ademais, possibilitam “*o conhecimento das capacidades de assinatura de grande parte dos moradores do Termo*”. Além destes, os Livros de Finanças, Arrematação, Sisas e Rendas, Imposição dos Vinhos, do Tombo Velho (1613-1614) são também fontes importantes para este tipo de estudo.

O Prof. Francisco Ribeiro da Silva examina as assinaturas e os sinais que constam nos livros da Câmara, pois apesar de existirem diferentes opiniões acerca da validade destes indicadores, para o período de 1580 a 1650, não se dispõem de outros elementos. Por outro lado, dado o facto de uma pessoa assinar pelo alfabeto não querer dizer que se trata de alguém verdadeiramente alfabetizado, a fim de resolver esta questão, o autor estabeleceu os seguintes patamares:

⁷ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Marginais e marginados à luz das Ordenações Filípicas*. In “Actas do II Encontro Luso-Brasileiro sobre «Pobreza, Marginalidade, Marginação social»”. Porto: Universidade Portucalense, 1996, vol. XI, pp. 71-76

⁸ SILVA, Francisco Ribeiro da – *A alfabetização no Antigo Regime (1580-1650). O caso do Porto e da sua região*. In «Revista da Faculdade de Letras. História», II série, Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1986, vol. III, pp. 101-163.

⁹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *A alfabetização no Antigo Regime (1580-1650). O caso do Porto e da sua região*, p. 106.

“1.º - os que assinam;

2.º - os que não sabem assinar, substituindo a assinatura por qualquer sinal que adiante descreveremos;

3.º - os que assinam tão mal que consideramos *duvidoso* que saibam, de facto, escrever;

4.º - os que não assinam nem deixam qualquer sinal na Acta.”

De qualquer modo, “o saber ler e escrever constituía aos olhos da «opinião pública» da época uma qualificação social importante que quem possuía não deixava de exhibir”. Assim, dada a importância de “saber ler e escrever, e mostrar que se sabia” conclui que quem assinava de cruz não era capaz de assinar pelo alfabeto. Contudo, os que o faziam primeiro por uma cruz e depois pelo alfabeto, em sua opinião, haviam, entretanto, aprendido a arte da escrita. Além disto, neste trabalho o autor reproduz os sinais mais utilizados, bem como a sua tipologia, no que cremos ser também um trabalho pioneiro em Portugal. E, quando analisa os concelhos da Maia, Gaia, Bouças, Refojos de Riba d’Ave, Aguiar de Sousa, Penafiel e Gondomar, zonas predominantemente rurais, tenta quantificar os níveis de alfabetização, tratando ofício a ofício e colocando a hipótese de que “as pessoas cuja actividade profissional se exercia nos sectores terciário e secundário sentiam maior necessidade e apetência pela instrução.”

Por outro lado, “os lugares mais desenvolvidos sob o ponto de vista sócio-económico” eram os que possuíam “melhores índices de alfabetização”, à frente, com 34% dos oficiais alfabetizados encontramos o de Penafiel e, em último lugar, o de Gondomar com apenas 3%. Após esta análise tão detalhada chega ao resultado de que a taxa de alfabetização da população masculina do termo do Porto rondaria os 15%, mas como as mulheres eram na sua maioria analfabetas, admite que a apenas “10% da população rural possuía o conhecimento das letras”, resultados muito inferiores aos encontrados, por exemplo, para a Normandia.

No que diz respeito ao “mundo urbano”, este parece levar grande avanço sobre o rural, calculando para o sector secundário e parte do terciário que a alfabetização se deveria situar entre os 35 e os 45%. Na conclusão final, Ribeiro da Silva afirma que “o Porto e a sua região provavelmente não atingiam, em 1600, a taxa de alfabetização da Inglaterra onde 25% dos homens sabiam ler e escrever”, mas não ficaria muito atrás da França, onde a percentagem da população masculina alfabetizada rondaria os 16%. E, termina dizendo que “alguns pontos parecem, entretanto, irrefutáveis: a vantagem do morador da cidade sobre o campo, do homem sobre a mulher, das elites sociais e do dinheiro sobre o homem comum”¹⁰.

Ainda no âmbito da alfabetização e ensino, participou no 1.º Encontro de História da Educação em Portugal com uma comunicação intitulada *O Ensino Público em Portugal no século XVII: avanços e recuos*, onde, conforme escreve, pretende mostrar a existência “de uma certa mentalidade retrógrada dos grupos dominantes do país nos fins do século XVI, primeira metade do século XVII, em relação aos Estudos que fossem para além do simples, ler escrever e contar.” Mais uma vez, o caso em análise é o burgo portuense utilizando para o efeito os “Livros de Actas da Câmara Municipal do Porto e outras fontes municipais”, bem como os “Capítulos apresentados nas Cortes de Lisboa de 1619 e 1641 e respectivas respostas por parte do Poder”.

As “Forças vivas da cidade” parecem ter tido uma atitude desconfiada e hostil para com os estudos de «gramática e latim», embora alguns, de ideias mais arejadas, procurassem “avançar

¹⁰ SILVA, Francisco Ribeiro da – *A alfabetização no Antigo Regime (1580-1650). O caso do Porto e da sua região*, pp. 106-125, 138, 141, 154, 160.

para o futuro”. No entanto, a aristocracia portuense não parecia convencida da «utilidade e necessidade» de escolas, tornando-se, inclusivamente, hostil à instalação dos Jesuítas na cidade. Opôs-se, mesmo, às obras de ampliação do Colégio de S. Lourenço, por ter corrido o boato que iam passar a existir «aulas de latim e outras ciências». Apesar das razões aduzidas contra a criação de estudos na cidade do Porto - falta de alojamentos e mantimentos, bem como o receio que mulheres e donzelas pudessem ser inquietadas pelos estudantes - o Prof. Ribeiro da Silva acredita que as verdadeiras razões “*tinham a ver com a mentalidade retrógrada dos dirigentes e dos responsáveis*”. A nobreza temia que os Estudos fossem um princípio de mobilidade social e, por outro lado, “*muita gente influente julgava incompatíveis os dois modelos de cidade: do trabalho e do estudo*”. Aliás, “*para muitos, estudante era sinónimo de ocioso*”.

Este modo de ver a instrução era compartilhado pelas classes influentes do país, pois, em nome do progresso defendiam “*a imobilidade social e a manutenção dos privilégios estamentais*”, opinião também partilhada pelos povos. Havia, aliás, a ideia que o número de letrados era excessivo. Nos finais do século XVI e primeira metade do século XVII, a ideia vigente era a de que “*os Estudos e a Universidade deveriam ser instrumentos de perpetuação do sistema*”. De facto, ao impedir a expansão das instituições de ensino e ao seleccionar os estudantes de acordo com critérios estamentais, obstava-se a que estas não pudessem desempenhar “*o seu papel natural de agentes de renovação e mudança*”¹¹.

Ainda, acerca deste tema, no trabalho intitulado *História da Alfabetização em Portugal. Fontes, Métodos, Resultado*, datado de 1993, o Prof. Ribeiro da Silva chama a atenção para o pouco interesse que, até à altura, este assunto tinha despertado em Portugal e para as lacunas existentes, sobretudo as que Roger Chartier chamou práticas “*de escrita e práticas da leitura*” pois, apesar de alguns estudos importantes, em sua opinião, “*ainda não sabemos o suficiente sobre as capacidades de escrita de práticas de leitura dos portugueses*”, sobretudo no que diz respeito ao denominado período moderno.

Neste trabalho, o autor faz um historial daquilo que designa por “*raízes dos estudos que constituem o que genericamente se chama a história dos processos de alfabetização*”. Recorda o contributo da historiografia francesa e do escritor oitocentista Louis Maggiolo, além das várias achegas dadas por autores lusos na segunda metade do século XX, para o estudo do caso português. Aponta o rumo a seguir, escrevendo que “*o caminho metodologicamente mais fecundo e hoje mais reclamado é o de fazer a contextualização dos níveis apurados, de modo a que a alfabetização possa constituir e ser tomada como uma variável histórica*”. Além disto, tal como fez na tese complementar da dissertação de doutoramento, volta a interrogar-se acerca do “*valor da assinatura como critério para a avaliação da alfabetização*” e a que nível ela corresponderia, perguntando se não se correrá o risco de “*misturar e confundir os quase analfabetos com os alfabetizados*”, sobrevalorizando, deste modo, o saber e escrever. Contudo, de acordo com François Furet e Jacques Ozouf, “*a assinatura constitui um bom barómetro da alfabetização*”.

Quanto às fontes, estas dependem das épocas históricas, porque para o século XIX dispomos dos censos, registos prisionais e militares, bem como livros de passaportes, guardados nos governos civis. Já no relativo às épocas anteriores há que utilizar registos de casamento, embora, no caso português, estes, por vezes, sejam de pouca valia, documentos notariais e fontes fiscais, apesar destas duas últimas contemplarem apenas o “*universo masculino*”. No que diz respeito aos

¹¹ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O ensino público em Portugal no século XVII: avanços e recuos*. In 1º Encontro de História da Educação em Portugal. Comunicações, Lisboa, 1988, pp. 115-123.

documentos municipais, estes, apesar de contemplarem um grupo “restrito”, oferecem “a vantagem de referir vários estratos sociais”. Documentos alfandegários, fundos da Inquisição, da Real Mesa Censória, da Intendência da Polícia, das chancelarias régias, inventários e catálogos das bibliotecas, colecções de legislação e textos literários são, de acordo com o autor, outros tantos fundos documentais a ter em conta para este tipo de estudos¹².

Um outro exemplo do interesse do Prof. Francisco Ribeiro da Silva pelo ensino e pela história da educação é o trabalho intitulado *O Seminário-Colégio da Irmandade da Lapa e as ideias pedagógicas dos inícios de Oitocentos*, onde trata da história desta instituição, cujo alvará data de 1792, mas que começou apenas a funcionar em 1800. Foi “um dos primeiros estabelecimentos de ensino da cidade do Porto”, sendo “seguramente o primeiro promovido por uma Irmandade ou Ordem Terceira”. Funcionava em regime de internato e de externato. Os estudantes eram oriundos de “grupos sociais favorecidos”, provenientes do burgo portuense, do termo da cidade e do norte de Portugal, bem como do Brasil, embora também fossem admitidos alguns gratuitamente, nomeadamente os “filhos de irmãos pobres, órfãos ou filhos de pais incógnitos”. Estes prestavam alguns pequenos serviços, “sobretudo na área do culto religioso”¹³.

* * *

Muito mais havia para dizer acerca dos aspectos sociais e culturais presentes na obra do Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, limitámo-nos a assinalar aqui apenas alguns dos que mais nos marcaram, até porque a vastidão da obra não nos permitia abordar todos. Além do contributo que o seu labor trouxe para um melhor conhecimento das problemáticas da História de Portugal e da cidade do Porto, a sua acção foi também importante pelos caminhos trilhados, pelas pistas traçadas e pelas questões levantadas. Tudo isto pautado por um rigoroso trabalho de arquivo e pelo conhecimento e utilização da bibliografia portuguesa e estrangeira mais actualizada. Permito-me ao terminar, citar uma vez mais, o homenagem: “O homem é um ser complexo, multifacetado e a História global deverá tentar compreender todos os aspectos do mesmo homem.”¹⁴

Jorge Martins Ribeiro

Universidade do Porto - Faculdade de Letras
Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais

¹² SILVA, Francisco Ribeiro da – *História da Alfabetização em Portugal. Fontes, Métodos, Resultados*. In “A. Nóvoa e J. Ruiz Berrio (coord.) - História da Alfabetização em Espanha e em Portugal. Investigações e actividades”. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993, pp. 102-113.

¹³ SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Seminário-Colégio da Irmandade da Lapa e as ideias pedagógicas dos inícios de Oitocentos*. In «Revista da Faculdade de Letras - História», III série, Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2000, vol. 1, pp. 53, 55, 57-59, 65.

¹⁴ SILVA, Francisco Ribeiro da – *Temores do Homem portuense do primeiro quartel do século XVIII*. In “Revista de História”. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de História da Universidade do Porto, 1978, p. 183.

Vilar, Juan B., *El Exilio en la España Contemporánea*. Murcia: Universidad de Murcia. 2006. 74 pp. (Depósito Legal: MU-1585-2006)

Esta Lição Inaugural do Ano Académico 2006-2007 da Universidade de Murcia, proferida por Juan B. Vilar tem como objetivo lançar a questão da emigração política como uma das faces de sociedades intolerantes, cívica e simbolicamente, e também expressão da paulatina consolidação de regimes políticos pluralistas e democráticos. O contexto da reflexão é a realidade espanhola contemporânea, desde o início de oitocentos até meados da década de setenta do século XX, com o sentido de propor um “estudo sistemático, equilibrado e suficientemente documentado do exílio espanhol considerado no seu conjunto” (p. 8). Este propósito é ancorado numa bibliografia rica, mas não isenta de desequilíbrios e com tendência a saturar períodos mais recentes, particularmente o compreendido entre 1936 e 1939, em detrimento nítido dos momentos precedentes, preocupação metodológica expressa pelo Autor (cf. 43-46; Bibliografia básica, p. 47-74) que é acompanhada por uma interessante precisão conceptual onde se quer estabelecer a diferença entre quem abandona *voluntariamente* ou *forçadamente* um país, ou seja distinguir entre razões económicas ou motivos políticos; surge neste aspecto a distinção entre emigrante e emigrado - galicismo que designa aquele que “abandona o país por incompatibilidade com os princípios revolucionários”.

Tomando como referência o *Diccionario de la Real Academia Española* vai observando o Autor as matizes que o conceito emigrado vai tendo: expatriado, refugiado e exilado, com uma conotação radical já que refere “alguém excluído do seu país de origem por ser considerado um delinquento político, de acordo com a normativa legal vigente no respectivo país de origem e em cada circunstância histórica concreta” (p. 9). No caso particular de Espanha surge *ransterrado* como “referência aos emigrados políticos que foram acolhidos, ou procuram refúgio e amparo na América hispana e em especial no México, ou com o sentido de deslocação interior” (p. 9). Neste bosquejo pelo *Diccionario*... nota J. B. Vilar que só a partir do início do século XX é que a significação exilado é incorporada no léxico.

Antes de caracterizar as dinâmicas do exílio e lançar um atento olhar ao período de 1936-1939, o Autor enfatiza duas dimensões que o exílio congrega: por um lado, é expressão de intolerância, e, por outro lado, tem efeitos renovadores e modernizadores. Quanto ao primeiro aspecto, destaca a precaridade e impossibilidade de convivência pela frequente alteração à normalidade constitucional o que origina saídas do país que em termos pessoais são vividas com uma forte intensidade dilacerante e com o permanente desejo de voltar. Momento de retorno que nem sempre é triunfal porque a recusa do novo está ainda presente em todos aqueles que recusam as luzes e vivem com o peso da tradição, como expressavam com frequência os emigrados oitocentistas. Nos círculos de exílio, discutia-se frequentemente da irrepreensibilidade ética do expatriado, que o devia proteger (assim como demonstrar à sociedade de acolhimento) da existência de “oportunistas e impostores”. O exilado devia-se distinguir pela sua “resignação nos trabalhos, a sua obediência às leis, e a sua profunda e sincera gratidão aos benfeitores” (p. 13), esta máxima não esconde porém as dificuldades de integração e as distorções mais ou menos visíveis consoante o país de acolhimento, como também a origem regional do emigrado, já que a Espanha não é um bloco monolítico pensado unicamente em termos de Castela, como sublinha o Autor (p. 13, 14, 15).

Relativamente aos efeitos renovadores e modernizadores pontualiza-se que o espanhol é um viajante forçado pelo ritmo traumático da história, e que o exílio é a incubação de “uma

ideologia nova”, uma assimilação de novos valores e uma revisão do próprio ideário; é em suma, “uma renovação que começa no próprio emigrado”, mas que alastra aos âmbitos do pensamento, da ciência e da cultura (p. 16, 17). J. B. Vilar recorda ainda que o exílio era “uma aventura para o desconhecido”, numa Espanha do início do século XIX onde viajar era uma odisséia inimaginável (p. 16). Refere-se com acutilância à “realidade da componente feminina da emigração” (p. 18) por considerar que é uma problemática sempre presente nos emigrados.

Dedica o Autor um par de parágrafos a discutir os efeitos positivos pelo retorno dos emigrados políticos do século XIX e o impacto extraordinário que originou nos países de acolhimento, especialmente na América Latina, o fluxo emigratório da Guerra Civil, 1936-1939, não esquecendo as trágicas consequências que provocou em Espanha: “Leva-nos a considerar que tão negativo como o êxodo em si foi a influência de tal ausência [note-se que cerca de 40% da elite intelectual exilou] na evolução cultural espanhola posterior...” (p. 21). Não será, então, de estranhar a recuperação que o Franquismo vai encetar para reabilitar alguns exilados, tanto no estrangeiro, como no interior; refira-se a título de exemplo que o exílio deu dois prémios Nobel (p. 21).

Outro aspecto que nos é referenciado prende-se com as emigrações carlistas que possibilitaram um ganho para a ideologia liberal de muitos exilados e um temperar dos princípios ideológicos dos monárquicos radicais (p. 19).

A dinâmica do êxodo contempla um ciclo que tem uma primeira expressão coetânea com a Revolução francesa e que no período de 1808 a 1814 ganha expressão pelo retorno de cerca de 21.000 exilados que assumiram funções relevantes na reforma político-administrativa que caracterizou a transição do Antigo Regime para o Liberalismo; um momento posterior focaliza-se nas emigrações liberais motivadas pelas repressões absolutistas de 1814-1820 e 1823-1833, separadas por “um êxodo de sinal contrário, ainda que menos intenso durante o Triénio constitucional” (p. 23).

Calcula-se que nestes três períodos tenham empreendido exílio mais de 50.000 espanhóis para países como a França, Grã-Bretanha, Bélgica, Itália, Portugal e diferentes repúblicas ibero-americanas. J. B. Vilar nota que esta fase corresponde a um tipo de emigração elitista porque permitiu a difusão da língua e cultura espanholas pelos destinos dos exilados.

Entre 1833-1868 verifica-se a emigração da “incipiente esquerda anti-dinástica de carácter democrático e republicano” (p. 24), no quadro duma governação isabeliana caracterizada por uma forte instabilidade política. São de pontualizar, nesse cenário, “os motivos por intolerância de sinal religioso, caso dos evangélicos espanhóis expulsos em 1836 por serem considerados incompatíveis com a confessionalidade católica do Estado” (p. 24).

Um penúltimo momento está compreendido entre 1868 e 1936, ou seja o início do sexénio revolucionário, ou democrático, e o início da Guerra Civil. Este período selou o fracasso de uma República burguesa que apesar de centralizadora foi “dialogante, inovadora e reformista” (p. 24) e assistiu à emergência do movimento operário e à consolidação de diversos matizes políticos. O derradeiro momento é o período da Guerra Civil de 1936-1939, que o Autor designa como a “culminação de um ciclo migratório multiseular” (p. 25-39), descrevendo-o com grande detalhe e com a precisão que é possível estabelecer avança valores sobre o “impressionante êxodo” (p. 26) que originou (p. 32): mais de 1.200.000 espanhóis, para além das vítimas da “tremenda catástrofe” (p. 26). A Guerra Civil é-nos assim descrita por J. B. Vilar: “A Guerra Civil de 1936-1939 é sem dúvida uma das grandes tragédias da história de Espanha, mas também do mundo contemporâneo, pela sua intensidade, duração, devastadores efeitos, e pelas suas amplas

implicações e repercussões internacionais. Foi o desenlace não já violento, mas sim quase apocalíptico, de uma profunda crise socio-económica, política e cultural que vinha gestando-se desde muito atrás (as interessadas limitações, autocomplacência e erros da revolução liberal para uns e a recusa irreflexiva e irredutível a qualquer intento sério de renovação para outros) que terminou polarizando a sociedade espanhola em duas frentes [Frente Popular “*vs* Bloco Nacional] não só antagónicas mas incompatíveis.” (p. 25-26).

Circunstancia o Autor os destinos da emigração, destacando o fenómeno dos *niños de la guerra* (p. 28), em que grupos de crianças foram evacuados para destinos diferentes dos pais e adultos em geral; refere-se aos processos de repatriação; à origem geográfica dos exilados e enceta uma aproximação socioprofissional do exilado, ressaltando contudo que relativamente a estas duas variáveis não é possível caracterizá-las com precisão por “faltarem séries estatísticas completas e seguras” (p. 31, 32) pelo que os elementos que disponibiliza têm por base o estudo que J. Rubio elaborou para os fluxos que tiveram como destino a França. Retenha-se que as regiões da Catalunha e Aragão representavam 54,5% da origem dos exilados e que 30,4% e 45,4% dos emigrados trabalhavam nos sectores primário e secundário assumindo neste grande peso os operários especializados. No sector de serviços, 10,5%, destaque-se o peso dos professores dos diversos níveis de ensino, dos jornalistas e profissionais liberais, que apesar de se situar abaixo de 1% do total “alcançou um protagonismo dificilmente exagerável no conjunto do exílio” (p. 34), destacando-se de modo incontornável a designada *emigração literária* (p. 34-39). Assim a par de físicos, químicos, biólogos, arquitectos, engenheiros, filósofos e pedagogos, encontram-se artistas, escritores, poetas e tradutores, mas também historiadores, diplomatas, juristas e humanistas, que compreende nomes tão ímpares e universais como Antonio Machado, Juan Ramón Jiménez, Alejandro Casona, Max Aub, Ricardo Baeza, Ricardo Gutiérrez Abascal, Adolfo Salazar, Américo Castro, Claudio Sánchez Albornoz, Lorenzo Luzuriaga, Luis de Zulueta, Severo Ochoa, entre muitos outros nomes, como Concha Méndez, Margarita Xirgu, Maria Casares, Rosa Chacel, Maria Teresa Navarro e Emilia Hernando. Uma plêiade de mulheres e homens que se assumiram no campo da cultura como a marca de uma Espanha moderna.

A 20 de Novembro de 1975 morre Franco e o final do exílio configura-se para a diáspora de espanhóis. J. B. Vilar destaca como se processou em termos jurídicos e institucionais o retorno à Espanha democrática, explica “a complexa casuística” (p. 42) da condição de *emigrado político* (dedicando uma reflexão à questão do *exílio interior*) e diz-nos, para rematar o estudo, que em 1976 “o grosso do exílio espanhol ou tinha retornado ou descansava nos cemitérios da Europa e da América. Mas muito poucos desses sobreviventes optaram então pelo retorno, exceptuando, claro está, a elite dirigente do exílio (...). Em qualquer caso uns e outros, no término de uma existência azarosa, pródiga sobretudo em toda a espécie de carências e penalidades, sentiam-se satisfeitos com a missão cumprida” (p. 43).

José António Afonso

MEDINA, João (2006) *Portuguesismo(s): (acerca da identidade nacional) ensaio sobre as imagens de marca identitárias, os emblemas, os mitos e outros símbolos nacionais seguido de o Zé-povinho, estereótipo nacional e de outros estudos bem como de uma addenda (panorama documental e gráfico comentado)*

Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 543 p.

Recensão Crítica(*)

A recensão crítica de um texto pode, em meu entender, conjugar diversas operações intelectuais: identificação do autor; enquadramento sócio-cultural e editorial (contexto); análise e síntese de conteúdos (apresentação de temáticas tratadas e respectiva hermenêutica); delimitação das fontes e metodologias utilizadas. A perspectiva metodológica que defendo articula as variáveis (externas e internas) implicadas na elaboração do discurso historiográfico, e contempla o pensamento do historiador na sua historicidade. Os elementos biobibliográficos que a seguir exponho são carreados sem qualquer intuito *biógrafista* ou *intencionalista*.

A formação escolar de Medina começou com os quatro anos de expatriação em Joanesburgo. O autor empenhou-se, desde cedo, na oposição ao Estado Novo e licenciou-se em Filosofia, na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1966. Em 1970 doutorou-se em Sociologia na Universidade de Estrasburgo: convém lembrar que esta instituição foi o berço dos *Annales*. Os temas, os títulos e as metodologias de algumas obras de Medina indiciam quanto são tributárias de certos princípios e práticas difundidos por Febvre e Bloch. O regresso só se verificou após a mudança de regime. O inconformismo oposicionista de João Medina conjugou-se com a errância judaica e o exílio foi entendido como diáspora. A crença e a ideologia alimentaram-se mutuamente. A experiência conjuntural e transitória de vida no estrangeiro adquiriu um carácter simbólico, indirectamente reflectido em *Portuguesismo(s)* (Medina, João, *Autobiografia*, J. L., Ano XXVI, nº 941, de 25 de Outubro a 7 de Novembro 2006, P.144).

O autor apresenta um perfil intelectual multiforme, que concilia a investigação e docência com o publicismo – em suportes diferentes – não especializado, mas também universitário. Como professor, é catedrático desde 1988. Realizou diversas conferências científicas em universidades estrangeiras. O autor de *Portuguesismo(s)* também não se confina à dicotomia que Gramsci desenhou entre «(...)intelectuais tradicionais – professores, eclesiásticos e administradores – e orgânicos, ligados a classes ou empreendimentos que os utilizavam para organizar interesses, conseguir mais poder e obter mais controlo (...)» (citado por Said, Edward, *Representações do Intelectual*, Lisboa, Colibri, 2000, pp. 23 e ss).

Do percurso biográfico esboçado resulta que talvez não enjeite a perspectiva de intelectual defendida por Edward Said: «a política está em todo o lado; não nos podemos escapar para o reino da arte e do pensamento puros, nem, nessa mesma linha, para a esfera da objectividade desinteressada ou da teoria transcendental. Os intelectuais são do seu tempo, arrebanhados pelas políticas de representações para as massas (...)» (*idem, ibidem*, p.34).

Medina afasta-se, parcialmente, do intelectual orgânico, todavia não deixa de acolher a perspectiva que salvaguarda o serviço a uma instituição, na qual faz carreira. É, em meu entender, um intelectual específico, dado que se especializou em determinadas matérias, mas trata-as de uma forma que se coaduna com o ideal ou a nostalgia românticos do intelectual total, pertencente a uma elite, e preocupado em relacionar-se com públicos alargados. A análise dos títulos da sua bibliografia permite testar estas considerações. Trata-se de um percurso situado no século XX e

participante da respectiva memória histórica. Enquanto historiador, Medina dedica-se à História e Historiografia incidentes sobre a época contemporânea. O questionamento meta-historiográfico é recorrente, num duplo sentido; interroga a sua prática e questiona os contextos que a originaram e em que se desenvolve.

O autor de *Portuguesismo(s)* divide-se por diversos saberes como reflexo da formação já explicitada. Dai a relevância do excursus biográfico. O texto *Criação e Comunicação do Conhecimento Histórico na Faculdade de Letras de Lisboa* foi escrito em colaboração com outros colegas de departamento, em 1985 (Medina, João; Borges Nunes, Eduardo e Barreto, Luís Filipe, *Criação e Comunicação do Conhecimento Histórico na Faculdade de Letras de Lisboa*, Revista da Faculdade de Letras, nº 4, 5ª Série, 1985, pp. 7-10). Representa uma conjuntura específica da historiografia em Portugal, e é nela que deve ser estudado. O cruzamento de investigação e comunicação do conhecimento parece constituir-se como imperativo categórico dos títulos publicados por Medina. Verifica-se apetência pelo âmbito de análise cultural – a nível temático e metodológico – e convergência das duas vertentes que a História da Cultura assume desde os Anos 60, em alternativa ao modelo dominante no século XIX.

Foi neste contexto que se consolidaram, por um lado, a História das Mentalidades (sob a influência francesa, na esfera da segunda geração dos *Annales*) e, por outro, a História das Ideias, mais incrementada nos países anglo-saxónicos, em Itália, e também em Portugal (Luís Reis Torgal; José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da Historiografia em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 400). João Medina aproveita as duas perspectivas e concilia-as. *A Nova História Cultural*, preconizada por Lynn Hunt, tenta unir campos e métodos portadores de disparidade e dispersão de difícil circunscrição ou agrupamento (Hunt, Lynn, *A Nova História Cultural*, São Paulo, Martins Fontes, 1992).

Um dos temas que interessou Medina, e que considero revelador das suas práticas historiográficas, foi *O Caso Dreyfus em Portugal* (Medina, João, Lisboa, Revista da Faculdade de Letras, 5ª Série, nºs 16 e 17, 1994). A compilação – de documentos e de textos – é um processo formal comum a outros trabalhos, anteriores e posteriores, e concita uma operação intelectual reiterada metodologicamente: a síntese, atitude propiciadora de juízos críticos, e, por vezes, associada ao método comparativo, naquele caso decorrente do estudo da repercussão do *Caso Dreyfus em Portugal*. A obra do autor de *Portuguesismo(s)* é extensa e nela encontram-se temas de eleição recorrente e repetidamente trabalhados para além dos expostos: *Zé Povinho*; *O Iberismo (e Anti-Iberismo)*; *A Primeira República*, no seu conjunto, ou através da consideração de algumas personalidades; *O Estado Novo*; *a Europa*; *As Utopias*. De uma forma ou de outra, todos estes assuntos denotam investimento numa história da cultura que privilegia ideias, representações, símbolos, ideologias, num equilíbrio entre produções intelectuais e mentalidades, inseridas em contextos sócio-culturais dos séculos XIX e XX. *Portuguesismo(s)* inventaria e versa os temas referidos, sem excepção, dado que são relacionáveis com a questão da identidade, central no texto em vertente análise.

No plano do ensaísmo, ou de investigação académica, a *identidade portuguesa* e a imagem que os portugueses têm de si próprios são objectos de estudo, nas mais diversas áreas, desde o século XIX à actualidade, segundo várias tendências. Oliveira Martins, Adolfo Coelho, Vitorino Magalhães Godinho, Eduardo Lourenço, Maria de Lourdes Belchior, António Teixeira Fernandes, Boaventura Sousa Santos, José Gil ou, mais recentemente, Maria Isabel João, José Manuel Sobral, Sérgio Campos de Matos, Moisés de Lemos Martins, Luís Cunha, Joana Miranda, entre muitos outros, têm, em meu entender, dado importantes contributos nesta matéria. A conjuntura

européia e mundial enfrenta a globalização, que pode ser produtiva, se estimular a individualidade dos países e dos indivíduos, mas também é negativa, quando aponta para a homogeneização ou uniformidade de procedimentos. *Portuguesismo(s)* teve uma primeira versão apresentada a um colóquio intitulado *Nação e Identidades – Portugal e os Portugueses e os Outros*, realizado na Faculdade de Letras de Lisboa, 9 a 12 de Dezembro de 2005. Esta situação denota um interesse na Historiografia como forma de divulgação de conhecimentos.

Neste contexto e, em parte, na sequência dele, deve entender-se a publicação do texto. *Portuguesismo(s)* é, em certa medida, “o Portugal de” João Medina. Constitui revisitação e sùmula de grande parte dos estudos do autor, um balanço, no duplo sentido: síntese e movimento, testemunho e incitamento à continuação da investigação como modo de participação na sociedade. O emprego do vocábulo *identidade* é apropriado. Comparece no subtítulo escolhido pelo historiador: (*acerca da identidade nacional*) *ensaio sobre as imagens de marca identitárias, os emblemas, os mitos e outros símbolos nacionais seguido de o Zé-povinho, estereótipo nacional e de outros estudos bem como de uma addenda (panorama documental e gráfico comentado)*.

Atente-se num aparente paradoxo, que o texto não desfaz, tornando-o produtivo. Enquanto o título é lacónico, resume-se a uma palavra, o subtítulo – ausente da capa e, maioritariamente, da folha preliminar (anterrosto), talvez por razões de índole estilística, retórica, editorial—comparece, inteiramente, na folha de rosto e resulta prolixo, paródico, lembra procedimentos com ressonâncias na tratadística do Humanismo em Portugal nos séculos XVI a XVIII. Parece engendrar-se um quadro que permite vislumbrar a complexidade de definição de *Portuguesismo(s)*, termo que encerra polissemia. Medina reconhece-o, através do plural no qual enuncia a palavra.

A capa contempla quatro imagens de portugueses, que podem simbolizar a *identidade* nacional, escolhidas eventualmente por representarem – do plano superior para o inferior, e da esquerda para a direita – D. Sebastião, Camões, Zé-Povinho e Pessoa. Destaca-se a presença de uma personagem entre personalidades e a visão escultórica e caricatural do *Desejado*, por João Cutileiro. O autor reserva, inclusive, o espaço que antecede o *prefácio* para listar algumas definições de *portuguesismo* patentes em dicionários. São recolhidas informações relativas ao significativo e ao significado. O autor não se circunscreveu às que se relacionam com a vertente semântica. Enquanto as primeiras definições se centram nos portugueses, as últimas contemplam a diferença face a outros povos, de modo explícito.

Medina classifica o seu estudo de modo genérico mas significativo. Chama-lhe ensaio e, sem a especificar, ou referir – implícita ou explicitamente – sugere-me uma tradição que incorpora personalidades distintas, de épocas diferentes como Montaigne, António Sérgio, Sílvio de Lima ou Eduardo Lourenço. *Portuguesismo(s)* é um conjunto de textos, estudos e documentos de proveniências diversas, reunidos em torno de um eixo axial, para o qual enviam e remetem: a *identidade* portuguesa e, mais precisamente, as respectivas representações culturais e simbólicas. O ensaio alimenta-se da conciliação, nem sempre estável, entre dois pólos gnoseológicos: o sujeito e o objecto, a expressão pessoal e o que acontece para além e fora dela.

O texto é difícil de classificar e talvez se situe, prioritariamente, no inventário ensaístico. Esta obra constitui um exercício aparentável com a *Ego-história*. *Portuguesismo(s)* desafia e alarga os limites do género, na medida em que se filia, acentuadamente, no amplo campo da ideologia. Esta inserção resulta problemática. É usual assumir-se que vivemos sob os efeitos da crise das ideologias, sobretudo se aparentáveis com os grandes sistemas, tendencialmente fechados, as metanarrativas totalizantes. O texto é sensível a outra aceção, que entende as ideologias como sistemas abertos, e contempla, eventualmente, não sistemas. *Portuguesismo(s)* demonstra «que o

historiador se apercebe cada vez mais do carácter contemporâneo da história (como já dizia Croce) e de que esta é inseparável do historiador (como pensava Marrou) (...)» (Torgal, Luís Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989, p.27).

Um dos limites da historiografia sobre a época contemporânea é a possível falta de distanciamento dos historiadores face ao momento em que vivem. Medina enfrenta essa reserva. A relação que vislumbro com a *Ego-história* não é total, nem visa o género de modo ortodoxo. A forma canónica congrega o percurso biográfico e intelectual do autor, narrado na primeira pessoa. Tem em conta a dimensão diacrónica como substrato da incursão. *Portuguesismo(s)* exclui trajectória semelhante, encarada na sua plenitude. A discussão explícita do estatuto da *Ciência de Clio* está ausente, mas o autor convoca os préstimos da historiografia, numa perspectiva que reitera outras tomadas de posição. O livro divide-se em três partes e cinco capítulos, estruturados do seguinte modo: três na primeira secção, um na segunda e outro na última. Contém uma *addenda*. o núcleo central do texto, no plano da extensão, é constituído pela parte inicial, intitulada: *sobre as imagens de marca identitárias portuguesas*. Em dois momentos consecutivos, Medina lança a *questão* (1º capítulo) e tenta responder-lhe.

O autor segue Braudel, cujo pensamento serve de epígrafe à primeira parte de *Portuguesismo(s)*, dedicada à reflexão sobre a *identidade como questão e as imagens de marca identitárias portuguesas*. A *identidade* não se esgota em certos vectores adstritos a uma perspectiva clássica, combatida por Medina. Os vectores invariantes para análise estrutural são: um território, uma língua, a historicidade, um estado, elementos incorporados numa dinâmica vasta e relativizados. Na obra em questão assume-se a desmontagem de certas visões da *identidade* de teor nacionalista, e essencialista, herdeiras de oitocentos. No século XIX deu-se expressão a uma construção centrada nos elementos clássicos da *identidade*, legitimadora do discurso e da propaganda vinculados ao encarecimento da nação: a Comunidade, o Estado, a Língua, a Religião, o Romance Histórico, Museus e Arte. A crítica de Medina à ideologia fundacionalista passa pela destruição de um mito das origens (o de Viriato) e pela recusa de uma historiografia que trata as personalidades históricas como emblemas de um sacrifício e morte pela Pátria.

O escalonamento dos assuntos tratados, no segundo capítulo, é o seguinte: *A construção das identidades nacionais; como se forja a identidade nacional; portuguesismos e anti-espanholismo; as metamorfoses deste síndrome luso; Viriato, o lusitano, pertence ao cânone português? Os mártires da pátria, os expulsos: o martírio dos judeus, a "gente da nação, que a nação banuiu do seu seio e duas vezes reduzida cinzas*. Parece imperar um raciocínio dedutivo, que parte do geral (nos dois primeiros pontos) para a respectiva particularização (nos quatro seguintes, que funcionam como exemplos dos anteriores).

A discussão teórica e académica sobre *identidade* não é aprofundada, nem se enumeram os estudos portugueses desse cariz dispersos por diversas áreas de saber. Até que ponto se pode afirmar que o europeísmo federalista de Medina afasta, liminarmente, formas não puras de nacionalismo ou, pelo menos, de patriotismo, afins a certas correntes de pensamento, afectas à modernidade pós-iluminista? O posicionamento anti-épico, em certa medida, não elimina, e subsume, o reverso do referente a que se opõe. Pela crítica legítima o criticado. Exime-se a soluções que excluam a respectiva configuração temática ou esquemática.

A *identidade* portuguesa é vista, criticamente, como *bem de consumo* (?), à mercê das estratégias do Estado e da elite oficial. As imagens de marca, presentes no segundo capítulo da primeira parte, podem assumir diversas naturezas: *as imagens de marca a nível cultural; espírito de escárnio e maldizer e tendência satírica; imagens de marca do foro gastronómico; música popular e*

canção nacional; o ditongo mais popular: o ão; imagens de marca oficiais: hino e bandeiras nacionais; o brasão português: o brasão das quinas; a esfera armilar; a nacionalização da floresta e da natureza; um falso emblema nacional: o galo de Barcelos; um álbi português: o luso tropicalismo.

O terceiro capítulo da primeira parte (p.101-202) é dedicado às figuras e personalidades que, segundo o autor, são reconhecidas pelo destaque que obtiveram na sociedade do seu tempo. Medina designa-as *heróis*. Este termo possui um cunho literário, e um lastro oitocentista, filiado no Romantismo. O destaque conferido a alguns percursos individuais pode ser lido como reacção ao estruturalismo braudeliano e assunção de afinidades com a terceira fase dos Annales e com certos sinais de pulverização da *Escola*.

A selecção dos *heróis*, como qualquer escolha, depende da subjectividade de quem a exerce. Acresce que Medina tem consciência da necessidade de teorizações e aplicações futuras do conceito de herói. Declara ambições confinadas a um inventário temático, que obedece aos seguintes agrupamentos: *santos populares; heróis literários e culturais; heróis ultramarinos; heróis régios e heróis políticos; heróis malditos; figuras anti – portuguesas.*

Na lista dos Santos Populares, Santo António é o único a receber destaque e tratamento diferenciado (p.101-105). São Pedro, São João e Nossa Senhora da Conceição merecem apenas referência curta, dado que fazem parte da hagiologia lusa. Esta discriminação pode dever-se a exigências de economia textual, ou à necessidade correlata de não haver desvios em relação aos temas principais da inventariação. O cruzamento da cultura erudita com a popular é escassamente estimulado neste andamento, o que não deixa de ser curioso num texto que alberga uma secção autónoma sobre o Zé-Povinho, objecto de estudo privilegiado em vários trabalhos.

Os *heróis literários e culturais* citados e tratados são os seguintes: Luís de Camões, Inês de Castro, Damião de Góis, Pedro Nunes e Garcia da Orta, Fernão Mendes Pinto, António Vieira, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Antero de Quental, Eça de Queiroz, António Sérgio, José de Almada Negreiros, Fernando Pessoa e Rodrigues Miguéis.

Quanto aos *heróis ultramarinos*, o infante D. Henrique é a figura da expansão que maior mitificação tem sofrido. O autor não refere a atenção que aquele tem obtido desde finais do século XIX, sendo alvo de comemorações que mais tarde o Estado Novo prolongou. Os *heróis* colonialistas recolhem maior destaque, em quantidade e extensão – ainda que não muito acentuada – da prosa. As personalidades apresentadas viveram entre finais do século XIX e princípio do século XX, à excepção de Afonso de Albuquerque, o que demonstra a afinidade de Medina com temáticas incluídas na época coincidente com aquele horizonte temporal apontado. Ficam os nomes: Afonso de Albuquerque; o Major Serpa Pinto e os exploradores Capelo e Ivens; o capitão Mouzinho de Albuquerque; os heróis de Quionga; Francisco Xavier de Aragão; Tenente Valadim; João de Almeida; Anacleto do Rosário.

Os *heróis régios* e os *heróis políticos* são apresentados em conjunto, sem divisões ou diferenciações: o Rei Pedro *O Cru*; Nuno Álvares Pereira; D. João II; o Marquês de Pombal; o Marechal Gomes Freire de Andrade; D. Pedro IV; D. Pedro V; Fontes Pereira de Melo; João Chagas; Henrique de Paiva Couceiro; António Machado dos Santos; Afonso Pala; Miguel Bombarda; Afonso Costa; Sidónio Pais; Humberto Delgado; Henrique Galvão; António de Oliveira Salazar – que ocupa cerca de um terço da secção em que é integrado –; Francisco Sá Carneiro, líder de uma direita que sob a sua chefia foi considerada civilizada. Os substantivos e adjectivos utilizados para descrever Salazar são portadores de diversos níveis e registos de linguagem, de modo a obter-se uma caricatura mordaz, na qual o uso do sarcasmo é revelador da reprovação de Medina que, ao pretender julgar a personalidade em causa, a trata como personagem literária.

Os *heróis populares* de sagas mais diversas (grandes feitos, vitórias desportivas, estrelas de teatro, cinema e TV) abrangem diferentes áreas do espectáculo. Destacam-se António Silva, Vasco Santana e João Villaret, cujo contributo para a história do Cinema e teatro em Portugal é, certamente, maior do que o espaço que lhes é dedicado. Os três partilham a mesma profissão. Faltou referir algumas personalidades importantes. Em grupo e, mais uma vez, abruptamente são enunciados – também laconicamente ídolos do desporto e dos estádios:– “os cinco violinos” e Eusébio, no futebol, ou Carlos Lopes e Rosa Mota, no atletismo, entre tantos outros que não mereceram citação.

Seguem-se os *heróis malditos*, apontados muito brevemente: o *traidor* Miguel de Vasconcelos; os *bandidos* que o povo venerava: Diogo Alves, José Brandão, José do Telhado ou Alves dos Reis. Também merecem referência, algo mais alargada, os regicidas Buiça e Costa, cujas biografias são indiciadas, provavelmente devido a Medina ser um especialista em assuntos da Primeira República, que teve a sua eclosão preparada por diversos factores, entre os quais o assassinato de D. Carlos e D. Luís. As *figuras anti-portuguesas* encerram o rol de *heróis*. Entre elas contam-se duas personagens com peso simbólico, mas sem existência concreta, o *Gigante Adamastor* e o *Velho do Restelo* e personalidades históricas: Junot, Bonga e Gungunhana – negros rebeldes – e Filipe II de Espanha.

A segunda parte de *Portuguesismos* intitula-se o *Zé-povinho, estereótipo nacional e autocaricatura do português desde 1875* (p.206 a 218). A personagem é vista como símbolo que incorpora suposta dualidade característica dos portugueses. Por um lado, o *Zé* é crítico feroz dos poderes oficiais e instituídos, que o mantém pobre e sem recursos, por outro, o autor considera esse posicionamento mais retórico do que efectivo.

A terceira parte de *Portuguesismos* (p.219-306) contempla a publicação de um poema anónimo de 1874 e quatro estudos diversos dados à estampa em circunstâncias distintas, descritas em nota a abrir cada artigo, coligidos e repescados por versarem, de modos díspares, temas e personalidades que podem ser integrados no conspecto e debate da identidade nacional: *O suplício do Bacalhau; Que fazer do chamado “Hino Nacional?”; Gilberto Freyre contestado; varões republicanos. Quatro retratos políticos da primeira república e o Mal-estar dos Marranos.*

O texto termina com uma conclusão intitulada *à maneira de posfácio: o patriotismo, hoje* (p.301 -306). Na minha opinião constitui, com a introdução, um díptico harmonioso, e não apenas instrumental, na economia da obra. São dois momentos nucleares e fundamentais, apesar de se situarem nas extremidades de *Portuguesismo(s)*. As heranças do passado – qualquer que seja o seu teor –, sobretudo as más, ou menos gratas, são enfrentadas, discutidas, assimiladas e digeridas, de modo a aprender-se, nas acções futuras, com os erros cometidos em tempos idos. A preocupação moral e a confiança no futuro denunciam comprometimento com algum optimismo e um pensamento de matriz utópica. Medina não alinha por *niilismo* puro ou *relativismo* infrene, mas também se abstém de concretizar, em moldes analíticos, o conceito de Europa ou os contornos da utopia que defende.

A *addenda* (p.309-538) funciona como conjunto de anexos, de diversas naturezas, conforme o subtítulo deixa antever e adivinhar: *gravuras, comentários, nótuas biográficas e uma antologia de textos*. Mais do que um anexo, constitui espólio vivo, pronto a alimentar a vontade de saber daqueles que aproveitarem as informações que contém. Divide-se em XI secções: *de Aljubarrota a Alcácer-Quibir; os emblemas: escudos, brasão, bandeira; Portugal diaspórico: aventura, expansão, descobertas e império; ícones culturais portugueses, do século XVI ao século XX, estadistas, mártires, bandidos e déspotas; o povo errante: os judeus expulsos, perseguidos e queimados, o Zé-Povinho,*

estereótipo nacional; Santo António dos portugueses; o bacalhau; o Galo de Barcelos; trademarks portuguesas, imagens de marca comerciais portuguesas.

Um balanço geral – sempre provisório – de *Portuguesismo(s)* leva-nos a considerar que se trata de uma obra que se situa, eventualmente, de forma maioritária, nas categorias de referência e divulgação e, enquanto inventário, cumpre a sua função. Por outro lado, é inovadora e quase inédita, dado que apenas a precede no género – com várias décadas de antecedência – o inquérito de Rocha Peixoto.

Portuguesismo(s) é um trabalho atractivo e diversificado, fornece importantes indicações temáticas a serem retomadas, e possui acervo de fontes rico e variado. Por vezes, a estrutura é algo repetitiva e monótona. Arriscaria que *Portuguesismo(s)* apresenta os atributos – ou, eventualmente, a falta deles – encontrados por João Medina nos–*Náufragos do Mar da Palha* (Medina, João, *Os Náufragos do Mar da Palha*, Lisboa, Livros do Horizonte, 2006), metáfora dos portugueses, e paródia ao mar que nos resta no *regresso a casa*. As duas obras, publicadas consecutivamente, são equivalentes simétricas. Ambas cumprem – a primeira enquanto inventário, a segunda como ficção, ou espécie de *roman à clef* – o desígnio de serem *viagens*, leia-se sínteses e sondagens, a dois universos quase indissociáveis da produção intelectual de Medina (ver, no mesmo sentido: Machado, Álvaro Manuel, *João Medina: Naufrágios e Sermões*, J. L., Ano XXVI, nº 947, de 17 a 30 de Janeiro de 2007, P.15). *Portuguesismo(s)* talvez tente demonstrar abertura às ideias que lhe são adversas, dado que o respeito pelas diferenças é, progressivamente, consignado no meio intelectual do pós-25 de Abril (ver Real, Miguel, *Discurso Sobre a Superação do Pensamento Identitário Português*, Revista Prelo, nº 3, 2ª Série, Lisboa, IN/CM, Set-Dez de 2006, pp. 165-175). Todavia, nem sempre escapa à tentação do esconjuro e do exorcismo face a formas de pensar com as quais não se identifica, e antagoniza, em permanência, por vezes frontalmente. Resta apurar até que ponto esta iniciativa editorial contribui para que os historiadores deixem de ser “esses desconhecidos”, segundo a expressão de A. Carvalho Homem (Homem, Armando Luís de Carvalho, *Os Historiadores, Esses Desconhecidos*, Coimbra, Revista Portuguesa de História, Volume XXIX, 1994, pp. 33-53).

Nuno Miguel Bessa Moreira
Doutorando em História pela FLUP.

TAVARES, André, *Arquitectura Antituberculose*, Porto, FAUP. ISBN 972-9483-73-6, p. 309.

Num primeiro instante, ao olhar o índice do livro *Arquitectura Antituberculose* de André Tavares pode sentir-se uma vertigem. As designações dos seus capítulos como *Álbum Fotográfico*, *Aromas balsâmicos à beira-mar*, *Encontros entre dois médicos*, *Rotas helioterapêuticas*, *Le tour d'Europe*, *A morte da soleira*, *Contágio disciplinar*, *Imagem e propaganda*, *A reconstrução do Homem*, *A higiene como virtude política*, *Medicina ortogonal* ou *Natureza e Betão Armado* poderão surpreender num livro de arquitectura. Contudo são eles que apontam, desde o início, um dos aspectos mais

relevantes deste texto: o modo como se entende a investigação em arquitectura. E porquê? Porque o caso de estudo de cada capítulo é apresentado como uma narrativa dedicada a um tema, configurando, no seu conjunto, uma visão panorâmica, rica de sentidos e de pontes entre saberes.

Este livro trata o período de construção dos sanatórios para a tuberculose em Portugal e na Suíça até à invenção dos antibióticos específicos. Este momento do combate à tuberculose centra a atenção nas qualidades do espaço construído, como factor capaz de regenerar os doentes, o que perspectiva o desejo de uma nova forma de vida, numa sociedade



1 . Clínica Heliântia de Francelos
[Arquivo Histórico Municipal do Porto]

mais saudável, com uma consciência moderna do corpo, da higiene e do habitar. Todos estes aspectos, decorrentes de uma pesquisa arquivística em Portugal e na Suíça, abordam sistematicamente as interações da arquitectura com a luta contra a tuberculose, no plano técnico, social e cultural, promovidas pelos médicos Joaquim Ferreira Alves (1883-1944) e Auguste Rollier (1874-1954), e o arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira (1884-1957).

A investigação agora apresentada, ao inscrever-se no desdobramento destas narrativas, contribui para uma releitura (crítica) das Histórias da arquitectura. Ao clarificar o papel da

Clínica Heliântia de Francelos (1929) no seio da arquitectura portuguesa do século XX, por exemplo, este livro abre outras vias de conhecimento (não canónicas) sobre os processos de difusão e construção da arquitectura moderna.

Até aos anos 60, a historiografia da arquitectura apresentava o Movimento Moderno como um estilo, registado numa sucessão coerente de obras e autores, e não como uma realização polissémica e dispersa que era. Este entendimento de Moderno, centrado em Sigfried Giedion (1888-1968) cofundador em 1928 do CIAM (Congrès



2 . Fotomontagem dos serviços fotográficos das clínicas do Dr. Rollier, Leysin

International d'Architecture Moderne), defendia a transformação da sociedade pela acção da “nova” arquitectura. Esta construção da história permitiu rejeitar, esquecer e desvalorizar processos arquitectónicos com outro entendimento de moderno (e com um peso efectivo na construção da cidade) que, ocorrendo no mesmo espaço e tempo, turvavam uma leitura “branca” da obra dos pioneiros do Movimento Moderno. Esta construção do moderno foi redutora. Mas foi igualmente eficaz e essencial. Sem esta redução da complexidade ou sem a eleição de arquitecturas chave, a pretensão do desenho para todos (com maior racionalidade, eficácia e gratificação estética), de um *International Style*, não se teria constituído como um novo horizonte. A unidade de habitação tipo, onde todos deveriam ser “iguais”, não teria sido sonhada.

A reivindicação da complexidade do processo onde a arquitectura se tece permitiu, desde o final da década de 60, pôr fim a uma visão ortodoxa do moderno. Assim, ao considerar outras narrativas, aceitou-se que o projecto arquitectónico é reunião de diferentes dimensões, o que define a sua necessária hibridéz. Permitiu-se que a arquitectura se tornasse mais próxima do habitante comum.

Este livro está construído a partir destas outras narrativas. Descobre-as e defronta a construção de uma história da arquitectura do lado da complexidade, da sua diversidade cultural e semântica. Ao adoptar esta posição, André Tavares está a afirmar, não só o enredo dos argumentos em estudo mas também uma posição face ao mundo da arquitectura e da crítica contemporânea que não se compadece com a volatilidade de algum do seu pensamento.

A história da *Arquitectura Antituberculose* mostra-nos um lugar de cruzamentos de pessoas e ideias, políticas e estratégias, materiais e técnicas, que constituem uma trama onde se constrói a arquitectura. A pluralidade de narrativas apresentadas nos diferentes capítulos, não é somente consequência da abertura disciplinar a outros conhecimentos, mas também da indispensabilidade de os considerar, para além de complementares, como parte integrante do saber arquitectónico. Ou seja, a afirmação de um espaço de trabalho próprio da arquitectura, tal como a sociologia, antropologia, medicina ou engenharia... com quem necessariamente partilha áreas de saber.

Os sanatórios e clínicas estudadas ao serem a expressão das “trocas e tráficos na construção terapêutica entre Portugal e a Suíça” afirmam uma cumplicidade entre saberes e arquitecturas, o que permite deixar uma interrogação: e a arquitectura o que é que determina nas terapêuticas?

O livro *Arquitectura Antituberculose* foi finalista dos prémios FAD (Fomento de las Artes y del Diseño) 2006 na secção Pensamento e Crítica.

Porto, 2007

Rui J. G. Ramos¹

¹ Professor na Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto. (r.amos@arq.up.pt)

Reedição de um clássico da Historiografia Coimbrã

DIAS (José Sebastião da Silva), *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*, 2.^a ed., com «Introdução» e coord. editorial de Manuel Augusto RODRIGUES, Porto, Campo das Letras, 2006, 352 pp. (1.^a ed.: *Biblos*, 28 [1952], pp. 20-498; fez-se separata)



Fig 1. Cinco doutores em *Letras* recipiendários de insígnias na UC, com os respectivos «apresentantes» e o Reitor (Biblioteca Joanina, 1993, Nov.)

Da esq. para a dir.: Doutor Luís Ferrand de Almeida (1922-2006; «apresentante» do seguinte); Doutor José Maria Amado Mendes; Doutor António de Oliveira («apresentante» da seguinte); Doutora Maria Helena da Cruz Coelho; prelado universitário Doutor Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (em funções entre 1982 e 1998); Doutora Maria Manuela Bastos Tavares Ribeiro; **Doutor José Sebastião da Silva Dias** (1916-1994; «apresentante» da precedente e do seguinte); Doutor Amadeu José de Figueiredo Carvalho Homem; Doutor Jorge Manuel Barbosa Gaspar (da UL, «apresentante» da seguinte); e Doutora Fernanda Maria da Silva Dias Delgado Cravidão.

[Foto cedida pela Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, a quem profundamente se agradece; documenta a (porventura) última aparição em público – em Coimbra – do Doutor Silva Dias]

O Doutor José Sebastião da Silva Dias (1916-1994) foi um insigne Mestre da U. Coimbra (1958-1979) e, em comissão de serviço, da U. Nova de Lisboa (1979-1986).

Natural de Arcos de Valdevez, cursou *Direito* na UC a partir de 1936. Foi então Presidente da Direção do CADC e Director da Revista respectiva (*Estudos*).

Licenciado em 1941, nos anos seguintes trabalhou em Lisboa, sucessivamente como Assistente dos Serviços de Acção Social (Instituto Nacional do Trabalho e Previdência) [1942-1946], Secretário do Tribunal de Execução das Penas [1948-1953], Inspector da Polícia Judiciária [1953-1956] e Provedor da Casa Pia [1956-1958].

Em 1957 deu-se a reforma curricular das Faculdades de Letras¹. Para o que de momento nos interessa, separavam-se as licenciaturas em *História* e em *Filosofia* e criavam-se quatro disciplinas anuais, «não agrupadas»², de *História da Cultura: Clássica, Medieval, Moderna e Portuguesa*. A convite do lente de *Filosofia* Doutor Arnaldo Miranda Barbosa (1916-1973), Silva Dias ingressará em 1958 no Corpo Docente da FL/UC, como professor contratado (além do quadro) do Grupo referido; regerá *História da Cultura Moderna*, *História da Cultura Portuguesa* (sua cadeira *emblemática*) e *História da Filosofia em Portugal*. Por longos anos trabalhará nestas 3 disciplinas; para além do que, nos Seminários de *História da Cultura Portuguesa* (para os então 5.ºs anos de *História* e de *Filosofia*, 1961 ss.) orientará a preparação das teses de centenas – seguramente – de licenciandos dos dois Cursos.

Nos finais da década de 50 concluiu o trabalho que se destinava a ser dissertação de doutoramento: *Correntes do sentimento religioso em Portugal (séculos XVI-XVIII)*³. Mas um problema legal se colocou então: como licenciado em *Direito*, Silva Dias não possuía os requisitos necessários à candidatura a um doutoramento em *História* ou em *Filosofia*. Só que o seu *patrono* Miranda Barbosa seria a última pessoa a deixar-se inibir face a obstáculos jurídico-burocráticos desta natureza: em Conselho de Faculdade fez aprovar uma “resolução/proposta” nos termos da qual as *Correntes do sentimento religioso...* eram título q.b. para o doutoramento h.c. em *Letras* pela UC. O acto solene decorreu em 1961, em cerimónia onde igualmente receberam as suas insígnias os Doutores Alexandre Fradique Gomes de Oliveira Morujão (*Filosofia*), Victor Raúl da Costa Matos (id.; † 1974) e Walter de Sousa Medeiros (*Filologia Clássica*)⁴.

E a carreira prosseguiu: em finais dos anos 60, o grau de doutor h.c. foi considerado habilitação suficiente para a prestação de provas para o título de *Agregado*; o Doutor Silva Dias prestou-as efectivamente em 1969, com a monumental dissertação *A Política Cultural da Época de D. João III*⁵. Um dos primeiros e mais entusiastas críticos desta Obra foi o seu amigo e condiscípulo Eduardo Lourenço: para o Autor de *Heterodoxia*, a *Política Cultural* associa, de modo ímpar na Cultura Portuguesa, a *erudição à problematização*.

Dois anos mais tarde atingiu a cátedra no grupo de *Filosofia*. Ainda antes de 1974 criou o *Instituto de História e Teoria das Ideias* (IHTI) e programou a revista *Philosophica Conimbricensia* (não concretizada)⁶. Após o 25 de Abril foi, por algum tempo, Presidente do CD da FL/UC; e, em 1976, esteve na criação do *Centro de História da Sociedade e da Cultura* (de que foi o primeiro Secretário-Geral) e da respectiva Linha 3 (*História da Cultura e das Mentalidades*). No quadro do IHTI, fundou, em 1977, a *Revista de História das Ideias*.

Em 1979, transferiu-se, em comissão de serviço, para a FCSH/UNL, a cuja *Comissão Instaladora* chegou a presidir. Com ele migraram de Coimbra os Doutores José Esteves Pereira, Zília Osório de Castro, João Francisco de Almeida Policarpo (precoceamente desaparecido em

¹ Min. da Educação: Francisco de Paula Leite Pinto; subsecretário de Estado da Educação: Baltazar Rebelo de Sousa.

² Entenda-se: *trans-departamentais*, como hoje diríamos.

³ T. I, vols. 1-2, Coimbra, Fac. Letras, 1960.

⁴ Cf. *Biblos*, 42 (1966).

⁵ Vol. I, tt. 1-2, Coimbra, Fac. Letras, 1969.

⁶ O trabalho «Braga e a Cultura Portuguesa do Renascimento» (Coimbra, 1972) é apresentado como separata dessa nunca concretizada publicação.

finais da década de 80) e António da Silva Pereira (e vá lá, que de um modo geral os *discípulos* não o deixaram ficar mal...)⁷. Mas, no fundo, mau passo este: influenciado, sem dúvida, pelo (efémero) *sucesso* – mormente junto do então incipiente *jornalismo cultural* – obtido nos Colóquios da Casa de Mateus sobre a *identidade portuguesa* (em circunstâncias em que pôde dialogar, entre outros, com Eduardo Lourenço, Sophia de Mello Breyner Andresen, Vasco Graça Moura, Miguel Torga, André Crabbé Rocha, Clara Crabbé Rocha *et alii*), Silva Dias cuidou certamente (e mal) que iria *deslumbrar* Lisboa com a sua *erudição esclarecida*. Conseguiu alguma coisa, é certo, na sua Nova (?) Universidade: a criação, no Departamento de *Filosofia*, de uma área de *História das Ideias*, com a correspondente *variante* à licenciatura troncal; e a criação de um Instituto e de uma Revista (*Cultura: História e Filosofia*)⁸. Mas já a sua passagem pela presidência da *Comissão Instaladora* da FCSH foi tudo menos *pacífica*⁹. Numa Faculdade repleta de *nomes sonantes* (Vitorino Magalhães Godinho, Maria de Lourdes Belchior [efemeramente], António José Saraiva [id.], Luís de Matos [id.], João Palma-Ferreira [id.], Luís de Albuquerque [colaboração eventual], António Henrique de Oliveira Marques, Joel Serrão, José-Augusto França, Artur Nobre de Gusmão, João Manuel Bairrão Oleiro, José Mattoso, Augusto Mesquitela Lima [recém-desaparecido], Adriano Duarte Rodrigues, Joaquim Manuel Nazareth, António Barreto, António Augusto Tavares, Maria José Ferro Tavares, Iria Gonçalves, Maria Ângela Beirante *et alii*... *majores ac minores*), jamais eles conseguiram entender-se duradouramente, acabando por repartir-se por diferentes Departamentos (*História, Filosofia, Geografia, Sociologia, Antropologia, Comunicação Social, Estudos Portugueses*, mais tarde *Estudos Políticos* e ainda outros, porventura), no quadro de uma «Faculdade» discutivelmente «do tipo das Faculdades de Letras»¹⁰ – uma polémica decisão (não se pode acertar sempre...) do **melhor ministro da Educação** que Portugal teve após o 25 de Abril, o também recentemente desaparecido **Doutor Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia** (I e II GGCC, 1976-1978).

Por tudo isto e não só, o fim de carreira de Silva Dias foi particularmente penoso: jubilado por limite de idade em princípios de 1986, o Doutor Silva Dias continuou por algum tempo ligado às Instituições que criara na FCSH; mas não muito tempo depois, regressado de uma viagem ao Estrangeiro, Silva Dias entrou na Faculdade e viu, no seu gabinete, a secretária e as estantes esvaziadas de conteúdo; este estava espalhado pelo chão, à espera de que o proprietário o levasse *para Casa*... Responsável? Um lente depois tornado *figura nacional*, que a Silva Dias muito era devedor na sua progressão de carreira, e que na circunstância lhe comunicou, sem mais, que «tinha deixado de pertencer ao Instituto». Após uma primeira reacção de desalento, o

⁷ Em contrapartida, do IHTI permaneceram em Coimbra os Doutores Manuel Augusto Rodrigues (dr. em 1975), Luís Manuel Soares dos Reis Torgal (dr. em 1978), Maria Manuela Bastos Tavares Ribeiro (dr.^a em 1988), Fernando José de Almeida Catroga (id.), Amadeu José de Figueiredo Carvalho Homem (id.), Ana Cristina Bartolomeu de Araújo (dr.^a em 1997), Ana Leonor Dias da Conceição Pereira (dr.^a em 1999) e porventura mais um ou outro. A *Revista de História das Ideias* tem-se publicado ininterruptamente. E o Doutor Torgal criou entretanto o *Centro de Estudos Interdisciplinares sobre o século XX* (CEIS 20).

⁸ Tirando a Revista, o resto tem-se desagregado nos últimos anos.

⁹ Cf. A. H. de Oliveira Marques. *O Homem e o Historiador: balanço de seis décadas*, diálogos com João Pedro FERRO, Lisboa, Presença, 1994, pp. 116-117.

¹⁰ Vitorino Magalhães GODINHO, «Problemas da Institucionalização e do Desenvolvimento das Ciências Sociais e Humanas em Portugal», entrevista por Margarida MARQUES; Jorge PEDREIRA, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* [UNL], 3 (1989), pp. 3-38, *maxime* 36-37.

Doutor Silva Dias, ao fundo do corredor, reagiu: voltou para trás, exclamando «Ah, seu [...]»¹¹ e, com dois sopapos (ele, um septuagenário já debilitado...), deitou o impertinente *parvenu* por terra, pondo-o a bradar:

- Acudam, ele mata-me !...

Felizmente alguém lhe acudiu¹², que bem precisava, coitado...¹³

Até 1990 o Doutor Silva continuou a deslocar-se regularmente a Coimbra, onde ainda tinha doutorandos sob sua orientação: Maria Manuela Tavares Ribeiro, Fernando Catroga, Amadeu Carvalho Homem, António Martins da Silva e mais um ou outro. Para além do que, em Março de 1990 participou no magno Congresso de *História da Universidade*; em Maio do ano seguinte assistiu ao doutoramento h.c. pela FL/UC de Albert Silbert (1915-1996); e em Novembro de 1993 ainda pôde apadrinhar a solene imposição de insígnias de Manuela Tavares Ribeiro e Amadeu Carvalho Homem (v. **fig. 2.**). Mas meses depois deste último evento o seu estado de saúde agravou-se, tendo que recolher a uma *casa de repouso* nos arredores de Lisboa. Viria a deixar-nos em Novembro de 1994, perante alguma atenção da Comunicação Social escrita (v.g. o *Público*), ainda que por vezes com evocações vindas de gente descabida ou mesmo *farisaica*...¹⁴

Silva Dias foi, no final de vida – e continua a ser –, um Autor esquecido «e mesmo silenciado»: já o escrevi¹⁵ e repito. Porquê ?

O interesse pela História Cultural e Política da nossa Idade Média Tardia e do nosso Renascimento foi precoce na FL/UC: tenham-se em conta o *impulso fundador* do *teólogo* António Garcia Ribeiro de Vasconcelos (1860-1941) e a sequência, em ulteriores gerações, de Joaquim de Carvalho (1892-1958) e Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), de Mário Brandão (1900-1995) e Manuel Lopes de Almeida (1900-1980). Nos anos 50, Silva Dias vem inserir-se nesta *linhagem intelectual*, ainda que com outro aparato teórico: católico *socialmente empenhado*, pessoa de grande cabedal de leituras e reflexões (que fazia complementar de denso levantamento de fichas ideográficas), Silva Dias, nos seus *opera magna* sobre a História Cultural dos nossos sécs. XV-XVIII, fez o que faltava para transformar a preexistente «História dos factos culturais» (um pouco à maneira de Mário Brandão) numa «História das Ideias», expressão que justamente com ele começou a fazer carreira entre nós; «História das Ideias», entenda-se: não necessariamente centrada nos **grandes pensadores** filosóficos ou políticos, mas em autores eventualmente **menores** que, à sua dimensão, possam ter *vulgarizado* ou feito *circular* os primeiros.

¹¹ Intua o leitor o que o Doutor Silva Dias poderá ter dito...

¹² Há testemunhas, vivas e activas, desta ocorrência.

¹³ Embora não tenha ficado propriamente *em perigo de vida*...

¹⁴ Veja-se o que escrevi em «Historiadores (Os), esses desconhecidos», *Revista Portuguesa de História*, XXIX (1994), pp. 33-53.

¹⁵ A. L. de Carvalho HOMEM, «Diplomática e História do Direito, raízes da “nova” História Política», in *Direito Natural, Justiça e Política. II Colóquio Internacional do Instituto Jurídico Interdisciplinar: Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 2005, pp. 87-101, *maxime* 97-98.

Objectivos entendidos no nosso meio cultural ? Tenho as minhas dúvidas, fora dos meios historiográficos. Por alguma razão os filólogos-classicistas e romanistas (e seus *cúmplices*, mesmo entre os historiadores... *hélas, hélas, hélas!*) interessados na Literatura neo-latina do Renascimento sempre tenderam a achar a História Cultural dos nossos séculos XV-XVI *terreno seu*; Silva Dias era-lhes pois – e é – figura *pouco cómoda*¹⁶. Ótimo ! Não se fala dele – ou fala-se em termos pouco elegantes, quando não explicitamente depreciativos – e *está o caso arrumado* !... A não reedição das Obras¹⁷ tem feito o resto...

A meritória «Introdução» do Doutor Manuel Augusto Rodrigues à presente reedição bem pode marcar o início de uma *viragem*. Ao longo de 42 pp. (7-49), o Autor escreve sucessivamente sobre:

- a) Dados biográficos (pp. 8-10);
- b) actividade profissional em Lisboa (p. 10);
- c) preocupações intelectuais (pp. 10-16);
- d) outras notas biográficas (pp. 16-18);
- e) professor universitário e investigador (pp. 19-22);
- f) produção científica (pp. 22-25; útil estabelecimento de uma *Bibliografia activa*, por áreas temáticas);
- g) Silva Dias e o tema da Universidade (pp. 26-32);
- h) *Portugal e a Cultura Europeia* (pp. 32-45);
- i) e «uma palavra especial dedicada à Sr.^a D. Maria da Graça Silva Dias» (pp. 46-49).

Pensará o Doutor Manuel A. Rodrigues deitar mãos a reeditar e prefaciá-los outros livros de tomo de Silva Dias ? E estará a «Campo das Letras» receptiva ? Se sim, bom será: estudiosos jovens poderão re-contactar com Obras há muito esgotadas; e talvez re-começar a perceber quem é (e quem foi) quem no *fazer História Cultural* entre nós, nas dimensões de *renovação* (conceptual ou metodológica) ou de *permanência arcaizante* (idem; Vitorino Magalhães Godinho

¹⁶ Acrescente-se o posicionamento crítico de Silva Dias relativamente ao passado nacional (criação cultural ensimesmada e censurada, momentos de fechamento face à Europa, etc.), bem longe de qualquer perspectiva de exaltação nacionalista ou de comemorativismo acéfalo. A idade e a falta de saúde começavam a pesar-lhe, mas Silva Dias nada teve a ver (nem intelectualmente seria lógico que tivesse) com o *comemoracionismo descobrimentista* dos anos 1986-1995: nem ele tal quereria, nem os poderes de então o (a ele) quereriam...

¹⁷ Apenas o volume *Descobrimientos (Os) e a Problemática Cultural do século XVI* (Coimbra, Fac. Letras, 1973) teve duas reeds. (Lisboa, Presença, 1982 e 1988) e uma trad. esp. (*Influencia de los Descubrimientos en la Vida Cultural del Siglo 16*, Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1986).

poderia falar, a este respeito, de «História Cultural parafrásica», i.e., a que se limita a re-dizer, com vocabulário de hoje, o que autores de antanho já disseram há muito tempo...).

Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII) compreende 10 capítulos e uma «Conclusão»; a saber:

1. «Da Renascença à Contra-Reforma» (pp. 53-90), com apartados sobre *As tendências culturais dos humanistas*, *Procura de novas bases para a filosofia e as ciências* e *A reacção contra o espírito da Renascença e da Reforma*.

2. «O signo de Aristóteles na filosofia seiscentista», com apartados sobre *Perspectiva do pensamento na Europa*, *Desenvolvimento dos conhecimentos astronómicos e matemáticos*, *Os cursos filosóficos de Soares e Cordeiro*, *A Philosophia Libera de Isaac Cardoso*, *Lacunas da cultura seiscentista* e *Penetração dos modernos em Portugal*.

3. «As disciplinas externas do pensamento barroco» (pp. 127-145).

4. «Bluteau e os pioneiros ericeirenses» (pp. 147-165).

5. «Estrangeiros e estrangeirados» (pp. 167-184).

6. «O papel da Congregação do Oratório» (pp. 185-208).

7. «A atitude do país oficial» (pp. 209-230).

8. «Verney e o Iluminismo europeu» (pp. 231-250).

9. «A polémica do *Verdadeiro Método*» (pp. 251-268).

10. «Sob o signo da renovação» (pp. 269-297).

11. E a «Conclusão»¹⁸ (pp. 299-304), onde podemos individualizar os seguintes tópicos:

a) A Obra é antes de mais qualificada como «roteiro de marcha e contramarcha do pensamento português em dois séculos de história», prosseguindo-se: «A polémica do Verdadeiro Método é o cólofon cultural do Barroco no nosso país, do mesmo modo que o duelo Pombal-jesuítas é o seu epílogo na ordem política. A expulsão dos filhos de Santo Inácio encerrou definitivamente o período doutrinário iniciado com a sua introdução no Colégio das Artes».

b) «O Humanismo não chegou a criar raízes entre nós, na sua forma crítica e libertária», 'obstaculizado' que foi «pela empresa dos Descobrimentos» e «pelo espírito militante dos homens da Contra-Reforma»; «por volta de 1580 (...) já as linhas mestras do Barroco estavam nitidamente traçadas e solidamente estabelecidas».

¹⁸ Seguida de 20 «Notas Finais» (de A. a U., pp. 305-333) e das Fontes e Bibliografia (pp. 335-350).

c) «*Daí até quase aos fins do século XVII, não houve mais filosofia nem mais ciência em Portugal (...) que a dos tratadistas escolásticos. (...) O país viveu então um longo período de isolamento cultural (...). Tanto quanto se pode concluir do presente estudo, os altos da nossa vida mental coincidem muito de perto com o período de mais intensa convivência da lusa gente com o pensamento europeu. Pelo contrário, as depressões acompanham pari passu os períodos de concentração nacional da inteligência*».

d) Só por volta de 1730, «*As ideias e os livros de fora*» deixam de circular na relativa clandestinidade do «*segredo das bagagens militares ou da mala diplomática*»: é o momento em que os ericeirenses firmam «*a sua influência política*»; «*Bastou-lhes, porém, a meia-luz dos cenáculos para conquistarem as inteligências de escol. A tolerância, quando não a protecção do governo, fez depois o resto*».

e) Abre-se então «*uma linha de pensamento cada vez mais europeu*»: «*Os seus pontos mais salientes são as conferências de Bluteau e outros convivas da casa Ericeira, a actuação dos estrangeiros e estrangeirados, as aulas dos teatinos, nêris e franciscanos, enfim, os trabalhos de Martinho de Mendonça, Azevedo Fortes e João Baptista. Quando Verney arribou literariamente a Portugal (...), já por cá se ouvira falar de Bacon, Galileu, Descartes, s'Gravesand, Musschembroeck, Newton e Locke (...). Faltava, porém, o selo da cultura pós-newtoniana, pois a traveção filosófica dos neotéricos era ainda a do Barroco, concebido como síntese do cartesianismo com o aristotelismo*».

f) «*A novidade do Verdadeiro Método consistiu, portanto, em mostrar aos portugueses o contraste entre o Barroco e o Iluminismo, e em salientar a mais-valia do segundo relativamente ao primeiro. Os debates a que deu origem fizeram luz nos espíritos – não só atirando a Escolástica para o crepúsculo final, mas desbancando inteiramente Descartes e seus epígonos*».

g) «*Os vinte anos compreendidos entre as lições de João Baptista e a odiosa expulsão da Companhia de Jesus foram de intensa luta intelectual. A Escolástica era o sinal de contradição. Os homens cultos distinguiram-se, antes de mais nada, conforme tomavam posição por ela ou contra ela. Nada mais erróneo, porém, do que supor que a guerra se fez em nome de um princípio certo e igualmente acatado por todos os modernizantes. Muito longe disso. A frente anti-escolástica era mais uma coligação que um partido (...); não obedecia, mesmo, a uma disciplina e nem sequer a um sistema (...)*». A oposição à Escolástica fraccionava-se «*em gassendistas, toscanos, cartesienses e filósofos experimentais*».

h) «*A influência de Newton e Locke no pensamento português acentuou-se muito, depois de 1752, graças aos padres do Oratório. Ganhou para o lado do experimentalismo quase todo o partido gassendo-casteliano e uma boa parte dos escolásticos*».

i) «*O Barroco lusitano comprime-se entre dois momentos históricos dominados pelo gosto da crítica, a variedade de tendências culturais e o espírito cosmopolita. Falta-lhe a tensão interna do Barroco universal, sobretudo na Itália, França e Inglaterra; ou (...) só a teve na sua fase derradeira. A sua característica mais saliente é a fidelidade escolástica. Mas, se o nosso Barroco viveu sem lutas durante quase século e meio, gozando a paz do seu saber sem inquietação, nem por isso se colocou à margem da cultura escolástica mundial. Não houve (...) conquista valiosa feita por esta que os nossos não assimilassem e até desenvolvessem (...)*».

j) «Há uma diferença entre os primeiros e os últimos escolásticos portugueses, no tocante à atitude em relação às novas formas de pensamento. Os iniciadores, com Pedro da Fonseca à frente, tentaram ou, pelo menos, sonharam com o acordo da Peripatética e do Humanismo. Os seus representantes finais, pelo contrário, depois de resistirem obstinadamente à invasão cartesiana e iluminista, cederam o terreno ao adversário, lançando-se num eclectismo análogo ao dos oratorianos e, como o destes, débil de preocupação sintética da filosofia perene com a ciência nova. Os próprios jesuítas, que tinham sido os campeões da resistência, se bandearam com os novos sistemas (...)».

k) «Os escolásticos não se esforçaram deveras pelo repensamento das grandes directrizes aristotélico-cristãs à luz dos novos conhecimentos, dos novos problemas e dos novos horizontes do espírito humano. (...) não se interessaram a fundo pelo desenvolvimento dos princípios tradicionais, nem pela reconsideração crítica, nem ainda pela re-equação dos seus problemas».

l) «A modorra do pensamento português durante o século XVII e princípios do XVIII filia-se, em grande parte, nos imperativos do momento político e no desejo profundo de preservar a unidade religiosa da nação. São esses dois factores que nos permitem compreender a história das nossas relações com a cultura europeia. Das suas três fases – uma caracterizada pelo desdém; a outra pela oposição cega em nome de uma mal entendida superioridade da “perennis philosophia”; e a última, pela adesão sem reservas – a primeira e a segunda entroncam, largamente, naquelas circunstâncias. As correntes novas do pensamento assumiram, com efeito, desde cedo uma feição militante que as comprometeu aos olhos dos filósofos católicos mais conscientes. (...) Os neotéricos portugueses podiam ter desfeito as confusões, mas de facto não o fizeram; pelo menos, não foram bastante enérgicos e explícitos na expurgação das doutrinas recentes».

m) «Os escritos destes Padres [da Companhia de Jesus] são, no conjunto, o que de melhor se escreveu no país em matéria de filosofia e de ciências, entre 1580 e 1730, aproximadamente. O condicionalismo da vida portuguesa, bem como a preocupação (...) de não abrir brecha por onde entrassem os erros e desvios religiosos da época, afastou-os do convívio com o pensamento universal, o que os impediu de se ocuparem seriamente no grande esforço que o tempo reclamava e que tanta influência podia ter exercido nos destinos da cultura pátria: o confronto das ideias de agora com a filosofia de sempre, em ordem a aproveitar das primeiras tudo o que pudesse corrigir e enriquecer a segunda».

n) «O conflito entre a ciência e a religião, que foi um dos dogmas do nacionalismo no século XIX, derivou, em igual medida, de certas directrizes do Iluminismo e da incompreensão dos escolásticos perante a cultura do seu tempo. Os escolásticos não se aperceberam nem do crescimento orgânico das disciplinas físico-naturais, nem do progresso vital da razão humana. Continuaram a subordinar a filosofia à teologia, a razão à autoridade, a criação ao comentário, quando as ciências particulares lutavam pela sua independência e os homens cultos procuravam bases puramente racionais para a filosofia».

o) «Os inovadores não foram mais felizes que os seus antagonistas. O contacto dos portugueses com a cultura universal, quando não se manifestou à escolástica, desenvolveu-se no sentido da adesão. Quase nunca se espraiou no sentido da discussão ou da assimilação crítica das novas correntes. Tudo se passou entre a resistência sem argumentos e o desdém sem atenção ao complexo mental do país. No

espírito dos inovadores, sobrepueram-se muitas vezes ideais políticos e ideais filosóficos que se contradiziam. E daí o carácter pragmático, senão partidário, que dominou o iluminismo em Portugal e que o abriu a influências ideológicas de sabor anti-clerical e, mesmo, de tendência anti-católica».

p)«(...) não há mais lugar para duas lendas importantes da nossa História: uma, a que figura a cultura escolástica parada nos conceitos do Curso Conimbricense, sem ulteriores progressos de carácter doutrinal ou mesmo científico; outra, a que pinta a renovação da cultura portuguesa como feito de Pombal, quando, na verdade, ela é independente do célebre ministro josefino e data mesmo de época anterior ao livro de Verney. Pombal não fez mais do que acelerar e, em parte, envenenar um movimento que vinha de longe e que, na altura das suas primeiras reformas, se tornara já incoercível».

Quanta actualidade, a da problemática de *Portugal e a Cultura Europeia!*... E quanta *coragem!*... E quantas posições *politicamente incorrectas* «avant-la-lettre» (v.g. em relação a Pombal) !...

Surpreendente também é que a Obra – ‘pedrada no charco’ da *sonolenta* Historiografia portuguesa do tempo¹⁹ e bem provavelmente não tida então na conta de que era credora – constitua a *estreia erudita* de alguém que contava ao tempo 36 anos !... Era sem dúvida a *revelação* de um Grande Mestre; **em grande**; numa *grandeza* que o futuro se encarregaria de confirmar...

Resta-me renovar o voto de que esta reedição seja o *ponto de partida* para uma *integral* da Obra de Silva Dias: a *Clio lusitana* carece-o; os probos estudiosos merecem-no.

Armando Luís de Carvalho HOMEM

¹⁹ Veja-se o desolador panorama de *Clio* no Portugal de meados de Novecentos traçado por Joaquim Romero MAGALHÃES, «De Victorini Magalhães Godinho vita, scriptis et in adversis animi fortitudine», in *Estudos e Ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa, 1988.

AVANZINI, Alessandra (org.), *Giuseppe Verdi, un profilo pedagogico*. Milano: Franco Angeli, 2002. 126 pp. (ISBN 88-4G4-3838-8).

Os estudos reunidos no livro pretendem lançar um olhar pedagógico ao conjunto da obra de Verdi, balanceado por interrogações de matriz histórica. O centro da indagação parte da capacidade comunicativa que a música de Verdi demonstra – e que ainda hoje é extremamente patente –, como outras duas dimensões que são convocadas: uma que se prende com a formação e sedimentação do mito gerado pelo envolvimento de Verdi e que mantém um profundo interesse histórico já que se reproduziu (e foi apropriado) por diferentes forças políticas com interesses culturais e sociais divergentes; a outra dimensão coloca em evidência o carácter da obra do músico enfatizando as suas potencialidades educativas.

As abordagens propostas surgem em quatro momentos. Um primeiro momento, pretende explicitamente discutir os contornos do mito de Verdi e os problemas pedagógicos que se levantam nas vulgatas educativas; é neste quadro que Alessandra Avanzini (*Il mito di Giuseppe Verdi: un problema educativo*, p. 9-21) realça alguns aspectos do contributo de Verdi para a reunificação italiana, nomeadamente destacando o espírito patriótico de *Nabucco* e a capacidade emocional aí contida (*cf.*, a importância dos corais, p. 12), como ainda a possibilidade educativa em termos da apologia da unidade nacional. De acordo com Alessandra Avanzini na produção musical de Verdi podem-se já encontrar os elementos que compuseram o mito-ideia de uma educação intensa e com capacidade de oferecer (impor) grandes ideais, valores e exemplos – e que foram transmitidos, apropriados e transformados por liberais, socialistas, fascistas e por diferentes confissões religiosas (p. 13 *sq.*) – que encontram expressão na universalização do sonho de identidade, através de um desafio cultural, social e político, que *Va pensiero* poderá ter possibilitado (p. 17). De forma a ultrapassar o quadro emocional que envolve a obra de Verdi e que, em termos de recepção, a conota indelevelmente com uma circunstância histórica particular, é proposta a importância de se investigar o modo de fazer a música, ou seja a sua estrutura, e não tanto os conteúdos, ou seja os Libretos, para se poder destacar onde o contributo de Verdi possa ter sido crucial.

O segundo momento, remete para uma análise do modo como historicamente se foi forjando o mito de Verdi e como se foi reproduzindo através dos manuais escolares. Giovanni Genovesi (*Giuseppe Verdi nei libri di scuola: un'analisi dei testi di storia (1925-2000)*, p. 22-35) enfatiza o contributo da música popular de Verdi, com um forte cariz moralizante, que foi mais importante do que qualquer outro meio de comunicação, para “fazer a Itália” (p. 27), contudo Giovanni Genovesi realça aspectos da biografia de Verdi que possivelmente não o implicam tanto na vida política quanto a sua vinculação à reunificação fará pressupor. Assim, é proposto o desafio de uma leitura sistemática do modo como escolarmente se reproduz o estereótipo de um Verdi arrolado à força como músico da reunificação; o Autor, lança outras pistas, nomeadamente, a “mumificação” da música e da sua função cívica e formativa e a instrumentalização da história que os manuais escolares operam, naturalizando o contributo de Verdi (p. 28” *sq.*).

Luciana Bellata (*L'idea di Storia nei melodrammi Verdiani*, p. 36-48) propõe, num terceiro momento, uma revisitação dos conteúdos da obra de Verdi com o objectivo de evidenciar os temas que permanecem obscuros em algumas vulgatas. Convocando a *Traviata* e *Nabucco* remetem-nos para os problemas da educação popular em oitocentos propondo uma análise aos manuais escolares de então e à estrutura da disseminação de uma rede escolar. É num contexto de grande analfabetismo que a obra de Verdi surge como uma proposta educativa de carácter ético e cívico

(p. 38), podendo a *Traviata* – que adopta a estrutura da literatura popular da época – ser considerada como “o grande livro para o povo e para a sua formação” (p. 40) quando enfatiza um quadro axiológico peculiar que também se encontra expresso em *Nabucco* especialmente através das personagens negativas e da grande importância atribuída ao mundo popular, especificamente pelo acentuar de aspectos técnicos fundamentais: cenografia, barítono, coros. Luciana Bellata destaca, no entanto, que sendo Verdi um conservador nunca deixou de apoloizar a educação popular (p. 47-48).

Um último momento, focaliza-se nas potencialidades educativo-cognitivas que as óperas de Verdi podem conter. Alessandra Avanzini (*Il bisogno di un principio d'ordine. Suggestioni educative nell'opera di Giuseppe Verdi*, p. 49-69) sublinha a seguinte ideia: não interessam as coisas que Verdi diz, mas sim como as diz (p. 51). É justamente neste aspecto que situa o desafio cognitivo da música de Verdi destacando dois aspectos: um relacionado com a literatura coetânea; outro que se prende a inovações estruturais na arte da composição – “fuga e retorno”, duetos” – que transportam para um nível de confronto-mudança, em que se patenteia o reflexo das questões essenciais da vida (mesmo na sua dimensão quotidiana) e a possibilidade da música ser uma metáfora de uma viagem; é, em síntese, conjugando o contexto com a distopia que a música emerge como essencial dando sentido ao “caos existencial” (p. 67).

Estes quatro momentos encerram com o realçar de uma faceta pouco conhecida de Verdi: a Proposta, elaborada em 1871, de Reforma do Instituto Musical apresentada à Comissão Ministerial presidida pelo Maestro di Busseto (o texto é reproduzido na íntegra em *Apêndice*, p. 91-119). Num estudo introdutório ao documento, da autoria de Alessandra Avanzini (*Sui Conservatori d'Italia. Note a margine della proposta di Riforma del 1871*, p. 70-90) são destacadas as ideias base do projecto bem como as concepções que Verdi patenteava sobre a “construção do artista”. Toda a proposta é pensada a partir do ponto de vista de um músico mas jamais esquecendo que a autonomia artística é crucial. Refere Verdi que a música é uma *Arte* que se conquista com *Mestria*, ou seja a virtuosa combinatória entre vocação, técnica e disciplina (académica e intelectual). Neste particular, a Música é traduzida, em termos de aprendizagem, em momentos que conjugam tensão educativa e técnica musical, pelo que se poderá compreender a importância que Verdi atribuía à formação de artistas e não somente de técnicos, ou seja o Instituto deveria ser uma “escola do pensar” aberta gratuitamente a todos que manifestassem vocação (p. 86-87).

Os olhares aqui reunidos são um contributo importante para uma história da educação que tenha presente a inserção da trajectória biográfica dos criadores, nos vários domínios da sociedade, possibilitando assim compreender como os actores vão entendendo o mundo, ultrapassando-se assim os limites minimalistas, ou instrumentais, do acto criador, surgindo este como a expressão de um intrincado tecer de múltiplas vivências.

José António Afonso